



COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Clara Rosa Cruz Gomes

Carta Programa da **Chapa3** **MUP RECONSTRUÇÃO**

**“A educação muda as pessoas.
E as pessoas transformam o mundo”.**

Paulo Freire

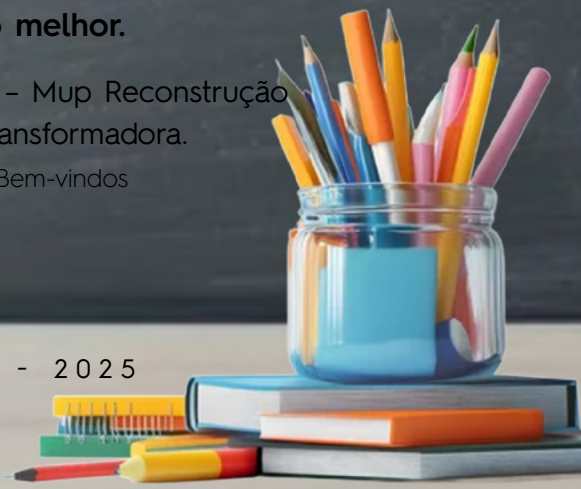
**Sejamos sujeitos ativos da nossa história e
transformemos o nosso mundo chamado Sinpro
para muito melhor.**

A proposta da Chapa 3 – Mup Reconstrução
é disruptiva, é transformadora.

Bem-vindas e Bem-vindos



BRASÍLIA - 2025





ORGANIZADORA
Clara Rosa Cruz Gomes

Carta Programa da
Chapa 3
MUP RECONSTRUÇÃO

**“A educação muda as pessoas.
E as pessoas transformam o mundo”.**

Paulo Freire

**Sejamos sujeitos ativos da nossa história e
transformemos o nosso mundo chamado Sinpro
para muito melhor.**

**A proposta da Chapa 3 – Mup Reconstrução
é disruptiva, é transformadora.**

Bem-vindas e Bem-vindos

BRASÍLIA - 2025



Copyright © 2025 by
Carta Programa Chapa 3 - MUP Reconstrução do SINPRO – 2025

Os direitos desta edição são reservados à **MUP RECONSTRUÇÃO**. Este Livro **Carta Programa da Chapa 3 - Mup Reconstrução**, pode ser armazenado em dispositivo eletrônico, reproduzido por meios eletrônicos ou impresso.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, citada a fonte.

ISBN: 978-65-01-45368-2

Coordenação e Organização: **Clara Rosa Cruz Gomes**

Prefácio: **Paulo Eduardo de Freitas**

Revisão: **Alessandra Valéria de Paula**
Rita de Cássia Barreiro

EXPEDIENTE

Designer Gráfico e Capa: Divanir Júnior
ONIBRASIL Design (61) 9.9236-9692



S U M Á R I O

PREFÁCIO – BRILHANTE, DISRUPTIVA E PROPOSITIVA CARTA PROGRAMA	5
APRESENTAÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE – ABERTURA DA CARTA PROGRAMA	11
1. BREVE HISTÓRICO DA CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO	11
2. Temos Profissionais de todas as Regionais de Ensino e de todos os segmentos em nossa chapa	13
3. SALÁRIO MAIOR É A MAIS URGENTE DEMANDA	13
4. VITÓRIA DA CHAPA 3 - MUP EM RELAÇÃO AO INSS DOS TEMPORÁRIOS	15
SEGUNDA PARTE – ESTRUTURA SINDICAL – CONCEPÇÃO SINDICAL	19
I. BUROCRACIA SINDICAL NO SINPRO	19
II. SINDICATO DE LUTA E DEMOCRÁTICO	23
TERCEIRA PARTE – BANDEIRAS DE LUTA DA CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO	45
1. META 17- ISONOMIA COM OUTRAS CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR	45
2. VALORIZAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DA SEEDF	46
3. 19,8 %: UMA GRANDE FALÁCIA	47
4. URNA ELETRÔNICA	48
5. NOSSAS LUTAS	49
QUARTA PARTE – FUNDAMENTOS DE SER OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DO SINPRO	57
1. PORQUE SOMOS OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DO SINPRO	57
2. OPOSIÇÃO É MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO	59
3. EU APOIO A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, PORQUE	60
QUINTA PARTE – QUEM SOMOS?	63
CONTATOS	76

REALIZAÇÕES MUP RECONSTRUÇÃO



Ato 7 de fevereiro de 2024 – Lançamento de nossa Carta Manifesto



Reunião no Ministério da Justiça, ajudamos a conquistar no STF o pagamento do retroativo do Agnelo.



Mup Reconstrução levou propostas para todas as Assembleias e a diretoria do Sinpro não deixou a categoria votar: 36% E URNA ELETRÔNICA.



Participamos de todos os atos e Assembleias do Sinpro. Marcamos presença com propostas e documentos.

PREFÁCIO

BRILHANTE, DISRUPTIVA E PROPOSITIVA

CARTA PROGRAMA

As organizações sociais, tem mostrado a história, iniciam-se muitas vezes muito bem. Despertam a esperança e as pessoas acreditam e dedicam as suas vidas pelo projeto político que ele, no nascimento, promete.

Tem sido inevitável, entretanto, na história, o processo de burocratização de tais organizações, seguido da centralização progressiva do poder interno e o feito final o totalitarismo na governança. O coletivo participante e legitimador do processo vai ficando, na mesma progressividade, à margem e sujeito a todo tipo de manobra dos novos ditadores.

Mas não há estática. O processo social é rico, as contradições se avolumam e, ao cabo, surgem novas lideranças e a exaustão daquele processo degradante das organizações sociais sofre um impacto do mundo social onde lá se inserem para, com empenho e vontade de muitos, afastar a degradação a que elas chegaram.

Em síntese, é a história das organizações sindicais brasileiras. Lá pelo final da década de 70 e anos subsequentes, uma vigorosa oposição, com outra base conceitual sobre sindicato e luta coletiva, expulsou uma boa parte dos pelegos. Isso durou pouco mais de 30 anos. Esse processo, agora, envelheceu de vez. Houve uma partidarização dos sindicatos e uma burocratização via centralização do poder decisório e afastamento da categoria, porque vista como massa de manobra para o querer dos governantes sindicais. No Sinpro – Sindicato dos Professores - DF, onde esse processo também aconteceu, implantou-se um totalitarismo na governança, como se vê nas Assembleias.

O peleguismo tem roupagem diferente, mas a mesma essência: entrega do poder político do sindicato à lógica do partido político preponderante na diretoria sindical. A moeda de pagamento também se adaptou: candidaturas a cargos eletivos de senador, por exemplo, nomeação em cargo público, nomeação em cargos sindicais e partidários.

“O novo nasce do velho”. Um novo sindicalismo se faz necessário e está por nascer aqui entre as professoras e professores, orientadoras e orientadores da SEEDF com a chapa 3 - Mup Reconstrução do Sinpro.

Brilhante, disruptiva e propositiva a Carta Programa da Chapa 3 – Mup Reconstrução do Sinpro tem o potencial de governar o Sindicato dos Professores do DF – Sinpro, nestas eleições 2025, rompendo 22 anos de domínio partidário (que começou muito bem e agora degradou), e de ser um marco no sindicalismo brasileiro por estabelecer um novo referencial para os trabalhadores.

SINDICALISMO AUTÊNTICO é um bom nome para esta proposta da Carta Programa da Chapa 3 Mup Reconstrução. Autêntico por retomar a razão original de ser do sindicato: a defesa material e imaterial da categoria representada. Autêntico por se subordinar exclusivamente ao interesse dessa categoria.

Esta Carta Programa é uma construção e uma revelação. Constrói uma CONCEPÇÃO SINDICAL de raiz no cenário sindical da Entidade, com fortes, necessários e desejáveis conceitos e valores, e revela um desejo contido no pensamento político das filiadas e filiados: a DEMOCRACIA SINDICAL. Tem tudo para receber uma votação vitoriosa.

Trazer à tona O PROTAGONISMO POLÍTICO DA CATEGORIA rompe com a vertical dominação da atual diretoria do Sinpro e estabelece com clareza que a luta dos servidores públicos é por excelência uma luta política. Protagonismo da categoria e envolvimento da comunidade escolar com o redimensionamento do papel do sindicato e das suas lutas e pautas.

O protagonismo da categoria requer a existência de uma ativa VANGUARDA do sindicato e isso coerentemente está contido na Carta Programa. Uma coerência que se vê no conjunto dos conceitos explanados e nesse conjunto articulado eles precisam ser lidos.

Outro ponto alto, dentre tantos realces contidos na obra, é a ênfase dada ao conceito de LEGITIMIDADE. De fato, a legitimidade é intrínseca à democracia. Essa lucidez ilumina a limitação política daqueles que definem democracia apenas pela contagem de votos. A qualidade do processo – direito ao contraditório e de apresentar emendas às propostas – é indissociável de uma Assembleia democrática, que assegure o inegociável DIREITO DE FALA. Democracia que não existe nas Assembleias conduzidas pela atual diretoria do Sinpro. Democracia que se terá somente com a eleição da Chapa 3 – Mup Reconstrução. A Carta Programa vem assim com muitas atraentes propostas a seduzir o leitor eleitor.

Num contexto de sucessivas campanhas salariais frustradas, como as vividas pelas professoras/es e orientadoras/es, a Carta Programa da Chapa 3 Mup Reconstrução surge como uma esperança. Ela tem o grande mérito de juntar a necessidade de trocar as pessoas no comando do sindicato com o imprescindível novo conceito sobre sindicato e lutas, resgatando o sindicato para a categoria. Uma mudança qualitativa, exclusiva dessa Chapa 3. A Carta desperta o interesse de leitura por conjugar a dimensão estrutural do sindicato com a conjuntural.

Esse elemento qualitativo e propósito trazem a discussão sobre a conveniência, ou não, da unidade das oposições. À primeira vista, mas só à primeira vista, seria lógico unir oposições a uma diretoria tão nefasta quanto a atual diretoria do Sinpro. Entretanto, qual seria a essência desta união? Aqui reside a questão central.

O objetivo de vencer mais facilmente as eleições se depara, imediatamente após, com o desafio da governança a ser feita. Nessa hora, entra em cena a concepção sindical. A Chapa 3 Mup Reconstrução atribui à partidariação, à ausência de democracia nas Assembleias e ao não atendimento de conceitos fundamentais na condução da Entidade, como a comunicação horizontal, a importância da vanguarda, o envolvimento da comunidade escolar na mobilização da categoria, entre outros, como fatores decisivos que têm levado aos fracassos das campanhas salariais.

Unir em uma só chapa significaria unir conceitos e propósitos para governar. Peguemos o primeiro deles: não à partidariação do Sinpro. Nesse ponto não há unidade. As outras chapas formadas estão orientadas por partidos políticos. A diferença é qual partido ou combinação deles vai tomar conta do sindicato. Isso antagoniza com o interesse da categoria, que precisa ficar livre dessa dominação. Unir para as eleições, abdicando-se de ideias, seria construir uma contradição interna a explodir logo depois durante a gestão e a expulsão do Mup Reconstrução, porque nenhuma das partes envolvidas teria maioria, mas a união de duas delas, sim.

A Chapa 3 – Mup Reconstrução é a única que não quer a partidariação do Sinpro. É um princípio.

Esta é a escolha nestas eleições: a partidariação ou a não partidariação do Sinpro. Assim, se a escolha do eleitor for partidariação, haverá duas chapas em qual votar, basta escolher o partido político, mas se a sua compreensão for a de que o Sinpro não pode ser entregue a partido político, porque ele é da categoria, se você quer campanha salarial vitoriosa, então seu voto é na Chapa 3 – Mup Reconstrução.

A Carta destinou um capítulo inteiro para as reivindicações da categoria e, com muito capricho, detalhou também as reivindicações dos variados segmentos dela.

A Chapa 3 quer conquistar todos os votos. Os votos daqueles que até ontem estavam com a mente fixa no passado e já perceberam que o “passado não existe mais”, isto é que a glória do passado não paga despesas no presente. Daqueles que querem mudança, pois a rigor não seria mudança a simples troca do partido político, uma vez que o problema é estrutural, é de concepção sindical. Quer o voto daqueles que, como a Chapa 3, não tem subordinação a ninguém; simplesmente, querem vencer, terem reivindicações atendidas e sobretudo querem melhorar muito o salário.

Senti-me honrado com o convite da professora e escritora Clara Rosa para escrever este prefácio. Ler a Carta Programa é estimulante, clarificador, cria esperança e prepara para vitórias da categoria. Eu li, gostei muito e me convenceu. Você vai gostar.

Paulo Eduardo de Freitas

Idealizador, fundador e 1º presidente do

Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

APRESENTAÇÃO

Esta é a Carta Programa da **Chapa 3**—Movimento de União de Profissionais da Educação- **MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO**, que nasceu com princípios e valores para construir um sindicato de luta e democrático. Nosso foco agora são as eleições para a Diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro) 2025.

Este documento é dividido em cinco partes: primeira, a Histórica, onde se relata as realizações da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO e o destaque que esta dá à luta pelo salário digno; segunda, Estrutural, onde se explica a concepção sindical; terceira parte, Conjuntural com as principais demandas de lutas; e nas últimas partes, demonstramos por que somos Oposição à atual diretoria e Quem somos nós.

A importância de escrever sobre como construir um sindicato de luta e democrático está no fato de a categoria estar há mais de 22 anos sob ditadura sindical e haver no Distrito Federal (DF) a precarização da educação, pelo Governo do Distrito Federal (GDF), com salários baixos e um número enorme de contratos temporários. Há muita coisa dando errado e essa realidade precisa mudar. Por isso, são necessários novos fundamentos e concepções sindicais. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO atende a essas necessidades.

Este documento é inspirado em vivências de grandes mestres de lutas políticas e sindicais e na rica experiência da nossa categoria.

Na parte estrutural, consta o conceito de burocracia sindical, ditadura e monopólio sindical, para se perceber o que acontece com a atual diretoria e poder fazer diferente. Depois é esclarecido como construir um sindicato de luta e democrático com a formação de direção sindical compartilhada, construção de vanguarda, comunicação horizontal, protagonismo da categoria na ação sindical e como deve ser uma construção de greve. E, finalmente, explicamos a concepção de sindicato apartidário, democracia e legitimidade nas Assembleias.

Na terceira parte, apresentamos a conjuntural, que são as bandeiras de lutas da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, as quais estão em permanente construção: valorização de PROFESSORAS/ES1, luta pela Meta 17, valorização de mestres e doutores, defesa da educação pública de qualidade, urna eletrônica nas eleições do Sinpro, não ao ponto eletrônico e muitas outras.

Nas últimas partes, sintetizamos o porquê de a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO ser oposição à atual diretoria do Sinpro e quem somos nós.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO nasceu com fundamentos teóricos e com ação e realização. Está preparada para dirigir o Sinpro. Esperamos demonstrar ao longo desta Carta- Programa.

Boa leitura, e esperamos sensibilizar você com nossa Carta Programa e merecer o seu voto: **CHAPA 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.**

1 Doravante precedi com a indicativa do feminino, professora e orientadora pois a categoria do magistério é formada por cerca de 80% de mulheres e ainda não temos essa paridade nas instâncias de poder, como no Conselho Nacional de Educação – CNE, por exemplo. Ademais, “já está evidente que de neutra a linguagem nada tem”. PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos:** teorias e políticas. São Paulo: Contexto, p.19, 2023.

PRIMEIRA PARTE

ABERTURA DA CARTA PROGRAMA

1. BREVE HISTÓRICO DA CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO nasceu há 1 ano, 07/02/2024, com princípios e fundamentos, em ato público da categoria.

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO foi profundamente reformulada a partir de fevereiro de 2024. Estabelecemos princípios, diretrizes, conceitos sindicais e valores profissionais, sociais e políticos, como você pode verificar no Instagram @mupreconstrucao e neste documento.

Realizamos ações práticas. Estivemos presentes todo o ano de 2024 e em todos os fatos políticos da categoria, com boletins, faixas e propostas. Visitamos dezenas de escolas. Reunimos pessoas e desenvolvemos um debate sobre questões de nosso interesse comum.

Estamos na luta pela valorização de profissionais de educação. Estamos a realizar muitas ações assertivas:

1. Fevereiro: Escrevemos uma carta com várias reivindicações, entre estas: cumprimento da meta 17; efetivação dos temporários por concurso público; melhorarias no plano de carreira; cobrança do nosso retroativo. Entregamos essa carta a várias autoridades de Brasília e do Brasil, deputados, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público.

2. Março: Iniciamos um abaixo-assinado/petição pública para o cumprimento da Meta 17; conseguimos falar ao microfone da Assembleia uma vez (!) e solicitamos a recomposição salarial no índice de 36% e urna eletrônica nas próximas eleições. As duas últimas reivindicações não foram votadas em Assembleia. Ressaltamos que a Assembleia é soberana. Lembramos, ainda, que nossa categoria está endividada e com fome.

3. Abril: Denunciamos na Assembleia o cálculo errado de 19,8%; reivindicamos equidade no uso de recurso do Sinpro, democratização da Assembleia e urna eletrônica.

4. Maio: Não conseguimos fala na Assembleia, continuamos na luta pelo cumprimento da Meta 17 e pela recomposição salarial no índice de 36%.

Preparamos no nosso boletim e no nosso Instagram @mupreconstrucao explicações sobre o que é um sindicato de luta e democrático.

5. Junho: Participamos da Discussão na Câmara Legislativa DF sobre Diretrizes de Leis Orçamentárias exigindo o cumprimento da meta 17, melhoria de plano de carreira e convocação de todos e todas/os aprovadas/os em concurso público.

Além disso, solicitamos por meio de documento com a devida fundamentação à Ouvidoria e ao Ministério Público o cumprimento da Meta 17.

Ainda outras ações:

Estamos elaborando vários episódios publicados pelo Instagram sobre os fundamentos de atuação da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO focados no sindicato de luta e democrático.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO atuou junto às autoridades públicas na defesa dos interesses da categoria, entre os quais a obtenção do compromisso do governador em recolher o INSS dos temporários, a permanente atuação pela Meta 17 (de benefício geral) e defesa das pautas dos aprovados, dos temporários, dos endividados, dos aposentados, dos fora CREF, dos orientadores educacionais e dos mestres e doutores.

Atuou junto ao Ministério Público, Câmaras Federal e Distrital, Tribunal de Contas, Receita Federal, INSS, Ministério da Justiça e STF.

Ademais, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO entregou sua Carta Manifesto para várias autoridades do país.

Com essas atuações, o colegiado da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO está credenciado para dirigir o Sinpro e lança chapa para as eleições do Sinpro neste ano.

Queremos que você venha fazer parte da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

2. TEMOS PROFISSIONAIS DE TODAS AS REGIONAIS DE ENSINO E DE TODOS OS SEGMENTOS EM NOSSA CHAPA

Temos pessoas de todos os segmentos: efetivos, aprovados, temporários, aposentados, mestres e doutores, orientadoras e orientadores educacionais, professoras/es da área de ensino especial, fora CREF, superendividados, professoras/es de atividades, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, CIL, sistema prisional, adaptados, educação do campo e gestores.

A formação desta chapa tem um sentido de oportunidade e necessidade. O governador encontra-se bastante desgastado perante a categoria de profissionais da educação. Há uma importante pauta reivindicatória sem ser atendida há anos, bem como um desgaste da atual diretoria do Sinpro por vinculação partidária em detrimento da categoria, por tanta inércia após 20 anos no poder e por práticas equivocadas e pelegas. E, acima de tudo, a categoria precisa e espera uma chapa íntegra, aguerrida, comprometida somente com o coletivo, com novos métodos e compromissos que possibilitem conquistas materiais e imateriais.

O conteúdo da carta programa e demais documentos da campanha eleitoral foram elaborados conjuntamente, em um processo democrático interno próprio da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Venha participar para aprimorar e avançar.

O Sinpro está precisando também de uma gestão de recursos pautada na transparência e na demonstração de honestidade. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, além da atuação no campo político-sindical, organizará o Regimento Interno da Entidade para dar transparência e disciplina no uso do dinheiro do Sindicato, bem como nas deliberações administrativas e operacionais.

Urge implementar, nesse quesito, grandes inovações tecnológicas. Deve haver uma razão não confessada pela diretoria do Sinpro para tanto descontrole. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO corrigirá, se merecer o seu voto, para cuidar bem do seu dinheiro no sindicato.

3. SALÁRIO MAIOR É A MAIS URGENTE DEMANDA

O principal alvo do Sindicato tem que ser a recuperação do valor do salário da categoria.

O valor do salário, também denominado por remuneração, ou proventos, foi a primeira razão, e mantém-se até hoje, da criação dos sindicatos,

nos primórdios da revolução industrial, após um período de ajuda mútua entre os trabalhadores, unidos pela solidariedade, o principal princípio da classe trabalhadora.

Apesar de ser extremamente relevante ontem e hoje para a vida, o valor do salário dos profissionais de educação do DF foi arrochado pela precarização da educação realizada por vários governos e pela negligência da atual diretoria do Sinpro. Também por isso, após 22 anos, o mandato e a gestão dessa diretoria chegarão ao fim nos dias 28 e 29 de maio próximos, dias das eleições do Sinpro.

O baixo salário levou a enorme endividamento da categoria. A realidade está extremamente crítica. É urgente.

Para recuperar o salário, dado o valor tão baixo em que está hoje, diferentes iniciativas são necessárias:

- ▶ Plano de adoção da Meta 17, reivindicação unânime e geral na categoria;
- ▶ Reajuste anual, integrando a nossa luta com as de outras categorias;
- ▶ Plano de carreira;
- ▶ Desenvolver um projeto educacional englobando uma educação pública de qualidade e a valorização dos profissionais da educação, trazendo a Comunidade Escolar para essa luta.
- ▶ Novas estratégias de campanha salarial que contribuam para esse objetivo e rompam com as práticas repetitivas e ineficientes dos últimos anos.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, se merecedor do seu voto, tem a obrigação e cumprirá, de pôr a questão salarial, com convicção, confiança inabalável e dedicação total, no exercício do comando do Sinpro.

A estratégia global para o Sinpro (partidarização) e a condução específica das campanhas salariais fracassaram sob a diretoria atual. Se a diretoria fracassou, é hora de trocá-la. A campanha salarial de 2023 frustrou toda a categoria, e para começar a avaliação, não havia nem mesmo reivindicação de índice salarial (aberrante para uma campanha salarial). A Assembleia de suspensão da greve (que virou encerramento, sem mais nem menos) foi um golpe contra a categoria. Quem esteve lá viu e é testemunha.

A de 2024 foi uma mal disfarçada campanha eleitoreira para os deputados amigos da diretoria do Sinpro. Mais de 70% do tempo das Assembleias foram consumidos por eles, em detrimento do tempo às professoras/es e orientadoras/es. O índice salarial de 19,8% estava e está errado, considerando o interesse da categoria (a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO demonstrou em boletim e por isso foi boicotada na fala).

Na de 2025 nada aconteceu, nem é campanha. Inventou-se um plano de carreira, em total ficção, apenas para fazer a campanha eleitoral da diretoria do Sinpro e, em seguida, ser abandonada em um próximo estelionato eleitoral.

Chega de campanha salarial de “faz de conta”. Já são mais três fracassadas campanhas. Campanha salarial para valer é com a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

4. VITÓRIA DA CHAPA 3 - MUP EM RELAÇÃO AO INSS DOS TEMPORÁRIOS

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO denunciou o GDF E CONQUISTOU VITÓRIA.

A estratégia da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO de pressionar os órgãos de poder e denunciar para a mídia gerou a vitória: o GDF REGULARIZOU O RECOLHIMENTO DO INSS DOS TEMPORÁRIOS.

O contratado em regime temporário pode trabalhar por 10 anos e o seu salário é sempre o inicial da carreira de professor concursado. Por ser regime de contrato e não de concurso público de efetivação na carreira, ele paga o valor da contribuição do INSS igual a todos os trabalhadores contratados. O que estava diferente é que o GDF ficava com o dinheiro, por não o recolher aos cofres da União, a favor do temporário, com prejuízos diretos a todos. Era uma enorme ilegalidade do GDF. Não era caso isolado. 60% de professoras/es da Secretaria de Estado de Educação do DF são contratadas/os em regime temporário. A regra é que deveriam ser concursadas/os, uma vez que a contratação deveria ser esporádica para preencher afastamentos de professoras/es concursadas/os e casos análogos. Começou assim e extrapolou. Com esse elevadíssimo percentual de 60%, os contratados, também conhecidos por temporários, são os responsáveis pela maior parte das práticas pedagógicas em sala de aula e em condições trabalhistas totalmente precárias. Esse caso não é recente. Desde outubro de 2022 que o GDF recebe o valor da contribuição

do INSS por meio do desconto em folha de pagamento dos temporários e vai ficando com o dinheiro. O GDF tem gasto muito com concreto e asfalto. Foram mais de dois anos sem recolhimento da contribuição ao INSS.

Indignado com essa situação e diante da inércia das instituições, o coletivo de educadores da educação pública básica do DF, MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, resolveu agir. Elaboramos uma carta denúncia contra o GDF e começamos a entregar para todo o poder público que possa interferir sobre essa realidade, exceto ao judiciário dada a morosidade. Todas as instituições pertinentes foram acionadas, por meio de visitas e entrega de documentos.

A primeira delas foi para o Tribunal de Contas do DF. A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO acionou o TCDF por fiscalizar irregularidades que estejam ocorrendo nos atos administrativos do poder Executivo, especialmente financeiros.

A segunda, para o Ministério Público Federal do DF e Territórios. Na correspondência, o coletivo de educadores enfatizou que a função do MPFDFT é “combater a sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária, bem como ser responsável por fiscalizar o cumprimento das normas relacionadas à arrecadação tributária”, exatamente o aplicável ao caso em pauta.

A terceira, para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao tempo em que se mostrou a obrigação do INSS no zelo desse tributo, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO solicitou a preservação dos direitos de educadores temporários, primeiro, porque pagaram o tributo e, segundo, porque não podem ser prejudicados pela irregularidade do governo do DF. Esperam os profissionais temporários que a recuperação dos direitos seja imediata, antes mesmo do recolhimento das contribuições, que depende do GDF e não deles.

A quarta correspondência foi para a Receita Federal. Ela é a responsável pela fiscalização e a arrecadação das contribuições sociais previdenciárias. Há efeitos contra os trabalhadores pelo não-recolhimento da contribuição previdenciária. As mais destacadas são: **ter um benefício negado, perda da qualidade de segurado, não conseguir se aposentar, perda na contagem da carência para a aposentadoria e, ainda, possíveis danos ou constrangimentos morais.**

CÂMARA LEGISLATIVA E AS TANTAS DEMANDAS

A quinta carta foi para a Câmara Legislativa do DF e nela está patente que os deputados e a Câmara institucionalmente deveriam zelar para que os trabalhadores da educação não fossem lesados pelo poder Executivo Distrital. Afinal, deputado precisa de voto e, segundo a Secretaria de Educação do GDF, a categoria dos educadores tem 34.618 professoras/es efetivas/os e temporárias/os, profissionais com influência bem maior no segmento da comunidade escolar, que significa 1/3 da população de Brasília. A sociedade tem uma relação afetiva e de agradecimento ao empenho desses profissionais.

A responsabilidade da Câmara é grande para se ter uma educação pública básica de qualidade acontecendo na Capital do país e há muito a se fazer: **O cumprimento da meta 17**, prevista no Plano Distrital de Educação, isto é, remuneração para as/os professoras/es, no mínimo igual à média da remuneração das demais carreiras de nível superior do GDF, esta é a maior demanda; também tem muita força a busca da **remuneração da gratificação por titulação acadêmica**, mestres e doutores, que para professoras/es, é tão inferiorizada em comparação a outras categorias; e a redução da quantidade de professoras/es contratadas/os por meio de mais concurso, além da **posse a todas as/os professoras/es aprovadas/os no último concurso**.

Naquele momento, estava em pauta a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, e era chegada a hora de a Câmara dar a devida atenção à causa da educação pública básica, incluindo adequadas condições ambientais para os estudantes, sobre as quais reclamam insistentemente PROFESSORAS/ES, relata a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

MAIS GRAVIDADES

A gravidade da situação trabalhista dos contratados em regime temporário é ainda maior do que a ilegalidade do **não recolhimento da contribuição ao INSS** pelo GDF, que para as empresas pode haver prisão de 2 a 6 anos.

O salário é sempre o inicial da carreira, mesmo lecionando por 10, 12 ou 15 anos.

No final do ano, **os contratos são encerrados e as/os professoras/es ficam um mês ou mais sem qualquer recebimento**. Muitas vezes somente são recontratadas/os em meados de fevereiro, quando do retorno às aulas. São profissionais de educação e sem outra profissão. O mês sem salário pesa demais.

A Lei para os temporários tem pressupostos que a realidade não dá suporte. Os contratos temporários não atendem à situação de exceção, como disse a Lei, isto é, para suprir a ausência de PROFESSORAS/ES efetivos, que podem estar afastados por atestado médico, licenças e vagas (temporariamente) carentes de professor na escola.

O que ocorre é que a Lei, muito mal feita pela Câmara Legislativa, permite à administração do GDF levar a uma **precarização da educação**, com enorme prejuízo às crianças e aos jovens, pois basta o GDF não fazer concurso para que as vagas carentes de professoras/es na escola aumentem, decorrendo a contratação temporária. Não podemos deixar acontecer essa precarização da educação, diz com indignação a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

Urge: 1. Recolher o INSS de professoras/es temporários e assegurar que seus direitos sejam garantidos; 2. Melhorar as condições de trabalho das/os professoras/es e ambientais para os estudantes. 3. Cumprir a meta 17; 4. Garantir a isonomia de gratificação por titulação acadêmica com outras carreiras. 5. Efetivar todas/os as/os aprovadas/os no último concurso e depois abrir novo concurso para professoras/es na SEEDF.

A diretoria do Sinpro fez a ação de colocar na justiça o não recolhimento do INSS e todos sabem a lentidão e a não solução por esse caminho.

O Correio Braziliense publicou nossa denúncia. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, por ação política de PRESSÃO JUNTO A TODAS AS AUTORIDADES, conseguiu e saiu vitorioso. CONSEGUIMOS QUE O GDF FECHASSE UM ACORDO EM UM TRIBUNAL DE JUSTIÇA COM O SINPRO E SERÁ GARANTIDO O RECOLHIMENTO DO INSS AOS TEMPORÁRIOS.

A conquista do recolhimento requer, entretanto, vigilância permanente sobre o governador. A diretoria do Sinpro não tem sido vigilante, pelo contrário, muito negligente. A qualquer momento vai ser necessário voltar à carga novamente para o GDF cumprir até com as obrigações legais dele, inclusive se deixar de recolher o INSS.

SEGUNDA PARTE

ESTRUTURA SINDICAL – CONCEPÇÃO SINDICAL

HÁ DUAS CONCEPÇÕES SINDICAIS

Há basicamente duas concepções sindicais bastante distintas: uma, que é construir um sindicato de luta e democrático, e outra que é manter um sindicato burocrático, ditatorial e monopolista. Qual você escolhe?

I. BUROCRACIA SINDICAL NO SINPRO

Falaremos desse assunto em três blocos.

O QUE É BUROCRACIA SINDICAL?

Primeiro temos que ter claro que diretoria sindical não é o sindicato. Diretoria do Sinpro não é o Sinpro. O SINPRO SOMOS TODOS NÓS!

A burocratização ocorre quando a direção sindical se torna ela mesma a razão de ser da ação sindical. Burocratização sindical ocorre quando a lógica do dirigente afasta o sindicato da categoria e do propósito dele. É quando a diretoria dá um tratamento apenas formal às exigências da categoria e abandona a mobilização e o exercício do poder político da categoria. Burocracia sindical é um processo social e político. As diretorias sindicais se tornam burocratizadas, acomodadas e de gabinete, pelegos, ditatoriais e corruptos. Isso acontece com muitos sindicatos.

Combater uma diretoria burocratizada é salvar o sindicato.

Como perceber que o sindicato ficou burocrático?

1. A diretoria quer negociar em vez de primeiro mobilizar a categoria. Quer negociar nos bastidores sem ninguém da categoria saber o que está acontecendo. As conversas são fechadas e secretas.

2. Abandono da Democracia sindical:

- Ditadura do microfone;
- A diretoria quer impor suas ideias de qualquer jeito;
- A diretoria sindical pensa que é superior à categoria e toma decisões sem passar por Assembleia;
- Faz manobra o tempo todo. A categoria é somente massa de manobra para ser manipulada;
- Em uma Assembleia, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO levou a proposta de recomposição salarial decorrente de perdas inflacionárias pelo índice de 36% e a proposta de urna eletrônica. A diretoria do Sinpro não encaminhou para votação, atropelando tudo e impôs os 19,8%, cálculo equivocado que veremos mais à frente. Não houve debate, contraditório e defesa e tampouco votação de qual era a melhor: esta ou aquela proposta. Não houve votação da proposta da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

3. Abandono da mobilização da categoria.

4. Recurso financeiro e demais do sindicato são somente da diretoria. Ela faz bandeiras, faixas enormes e boletim com recurso do sindicato para divulgar a ideia da diretoria, sendo que diretoria sindical não é o sindicato. A categoria fica sem vez e sem voz. Querem silenciar a oposição ou quem traga ideias diferentes. A categoria teve que fazer boletim de luta tirando recursos de seu próprio bolso. Na burocratização sindical não há equidade.

5. Assembleia vira palanque para políticos. As falas dos deputados da diretoria têm mais tempo e importância do que a fala da categoria que quer resolver problemas urgentes.

6. Interesse pessoal da diretoria sindical prevalece em relação ao interesse da categoria:

- Facilidades que recebem por serem dirigentes são mais importantes do que lutar pela classe trabalhadora.
- Sai de greve sem conseguir nada de concreto para a classe trabalhadora. Esquece a luta sindical. O sindicato se torna um eterno perdedor.

É possível reverter essa catástrofe. Eleições servem para isso.

EFEITOS DA BUROCRACIA SINDICAL

7. A diretoria sindical não atende à categoria. O sindicato tem perdas de significado e importância.

8. Quando há uma crítica à diretoria, ela não a enfrenta e sai com um chamamento à unidade formal e de que o inimigo está lá fora, para não encarar os erros continuados da diretoria burocratizada do Sinpro.

9. A incapacidade da diretoria do sindicato de atender às expectativas da categoria leva à criação de grupos de luta: grupo dos endividados, de mestres e doutores que querem melhor plano de carreira, dos CREF fora da escola, dos temporários, dos aprovados e muitos outros. Compreensível e positivo que se aglutinem e busquem ações solucionadoras das respectivas demandas, mas ao mesmo tempo é revelador do pouco sucesso e da falta de estratégia geral da diretoria do Sinpro, porque distante e acomodada.

10. A diretoria culpa as/os professoras/es por tudo. Se não teve revogação do novo ensino médio, foi porque as PROFESSORAS/ES não responderam ao questionário público, em vez de questionar se esse mecanismo realmente é eficiente. Em vez de defender as/os professoras/es, quer colocar a culpa nelas/es por sua acomodação, burocracia e por ser um sindicato de gabinete e incompetente.

11. O sindicato se torna desacreditado, enfraquecido.

12. O mais grave que acontece com a burocracia sindical, acomodação e sindicato de gabinete é tornar-se um dos fatores de perdas salariais, dentre outros direitos.

DITADURA E MONOPÓLIO SINDICAL

Precisamos expor o funcionamento do sindicato sem luta para depois propor como construir um sindicato de luta e democrático:

1. A diretoria de um sindicato burocratizado, acomodado e de gabinete se vê costumeiramente, fechada, quer dizer, não tem diálogo. Um exemplo: Se você solicita o regimento interno, as atas de reunião da diretoria do sindicato, as gravações de assembleia etc., o a diretoria do sindicato não compartilha esses documentos e se esquece, é porque nunca soube o que são bens coletivos. O regimento interno parece até algo proibido. Decreto secreto da ditadura?

2. Monopólio no uso dos recursos sindicais pela diretoria da entidade, inclusive usando recursos para divulgar ideias, com cálculos equivocados que precisavam antes passar por uma Assembleia. Fazem faixas enormes, bandeiras, panfletos com cálculos errados e passam para toda a categoria, que fica manipulada, sem saber o que está acontecendo.

Uma proposta somente é do Sinpro se aprovada pela Assembleia.

Em sindicato democrático há equidade no uso dos recursos do sindicato. Todas as propostas para a categoria têm divulgação e gastos de produção pagos pela entidade e não apenas as propostas da diretoria. Abaixo o monopólio da diretoria do Sinpro.

É esse monopólio que perpetua uma diretoria no Sindicato. A atual tem mais de 20 anos.

A categoria tem o direito de conhecer, durante as campanhas, todas as propostas!

3. Comunicação estritamente centralizada e vertical, não coloca em discussão, não permite propostas diferentes. Não são capazes de ver seus erros e corrigi-los. A categoria é somente massa de manobra para ser manipulada e não é vista como constituída de cidadãos pensantes, críticos, inteligentes e que possam ter ideias diferentes a serem igualmente veiculadas.

É o monopólio da Comunicação que viabiliza a perpetuação de uma diretoria no sindicato. A categoria tem o direito de conhecer, durante a vida sindical, todas as ideias sobre o sindicato!

4. Cerceamento da palavra aos divergentes. Quem pensa diferente é proibido de falar e não tem espaço de ser levada outra proposta diferente para votação na Assembleia. Duvidem, caros colegas, de qualquer votação que apresente somente uma proposta. Vocês podem estar sendo manipulados. É necessário pelo menos outra para se ter debate. Democracia tem como uma essencialidade o direito ao contraditório.

Uma manobra costumeira da diretoria do Sinpro nas Assembleias é lotar a lista de inscrições com nomes, que sabe-se lá de onde são, muitas vezes da própria diretoria, impedindo outros de se inscreverem. A lista é controlada por eles mesmos e, por isso, sujeita a todo tipo de manobra e golpe. Também por isso, é comum, no meio da Assembleia, cortar, com votação, os nomes inscritos, mas esses estavam lá somente para impedir outras inscrições.

5. Sindicato ausente da categoria. Como o sindicato não apresenta proposta de luta, se mostra burocratizado, acomodado e de gabinete. A categoria se afasta dele e desacredita das lutas. Essa é uma gravíssima realidade que o Sinpro está vivendo: há um progressivo descrédito em nossa Entidade.

6. A diretoria burocrática é intolerante à crítica, se tornando ditatorial e pelega, como estamos a demonstrar.

7. Condução mecanizada e repetitiva das campanhas salariais; sem efetividade.

8. Subordina a entidade às conveniências político-partidárias dos dirigentes, o que é preocupante, porque além de queimar seus partidos como ausentes de lutas, esquecem de lutar por interesses da categoria.

9. A diretoria sindical é avessa à vanguarda. Ponto importante para ser discutido na luta sindical.

Isso é a diretoria do Sinpro. Os resultados têm sido de pífios para baixo.

O QUE PODEMOS FAZER?

Nesse cenário o SINPRO está em uma encruzilhada. Um, esta organização pode continuar no processo de desagregação e degradação. Ou, dois, ser revigorado por outro pensamento político.

É urgente buscar pôr fim à burocratização sindical e recapacitar a categoria para vitórias.

Está no voto de cada filiado mudar tudo isso para muito melhor. Para isso, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO convida você para outra concepção sindical e outro método para dirigir o Sinpro. Convida você para votar na CHAPA 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

Trazemos agora outra pergunta: como construir um sindicato de luta e democrático?

II. SINDICATO DE LUTA E DEMOCRÁTICO

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO resgata a Entidade para a categoria dos Profissionais de Educação Pública Básica do DF.

II.1 FORMAÇÃO DA DIREÇÃO SINDICAL COMPARTILHADA

A proposta da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO DO SINPRO é de uma Direção sindical compartilhada, com destaque para delegado sindical e representante de turno e de vários grupos de luta, como temporários, aprovados, mestres e doutores, endividados, os fora CREF, dos afastados para estudos, de revogação ensino médio e todos os outros, unificando-os em uma luta só e não os dividindo.

Isto significa:

a) Facilitar o diálogo entre escola e comunidade escolar e entre sindicato e escola. Um leva demandas para o outro. É rico quando se tem um forte diálogo representativo.

b) É importante para ouvir a demanda da categoria e organizar ações correspondentes tempestivamente e por iniciativa originária da categoria e não apenas em Assembleias convocadas pela diretoria do sindicato; fortalecer ações políticas e possíveis comandos de greve ou de reivindicações.

Nossa proposta é que sejam formalizadas eleições para todos esses representantes.

Essa é uma proposta da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, se merecer o seu voto nas próximas eleições.

Estabeleceremos regimentalmente os poderes dessa direção compartilhada, muito além de apenas ouvir esporadicamente.

Hoje no sindicato, cada escola pode ter um delegado sindical e um representante de turno eleito democraticamente pelos profissionais de educação. É muito importante ter delegado e representante sindical. Se precisar, chame a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO para te ajudar a formar delegado sindical.

II.2 CONSTRUÇÃO DA VANGUARDA

Uma mobilização abrange a categoria e se sustenta pela atuação da vanguarda. Sem vanguarda, o discurso da diretoria do sindicato cai num vazio e fica sem eco com Assembleias esvaziadas. Em um sindicato sem luta, a diretoria se torna ditadora e quer impedir a vanguarda.

A vanguarda tem o importante papel de atualizar a diretoria sobre o pensamento da categoria. A vanguarda é propositiva, crítica e exigente e, por isso, incomoda a diretoria não- democrática, autoritária e monopolista, que você conhece tão bem.

É um tripé: Diretoria, vanguarda e o coletivo, em ação político-sindical. Um precisa do outro para as coisas acontecerem. Construir e fortalecer a vanguarda compõe a concepção sindical da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO e será uma prática.

II.3 COMUNICAÇÃO HORIZONTAL E FÓRUMS

Comunicação horizontal para dar voz a todos, sem dominação pela diretoria; sindicato presente na categoria, com equidade no uso dos recursos do sindicato; veículo próprio de divulgação por todos (em lugar de o Sindicato veicular apenas as ideias da diretoria). É democratizar a comunicação no sindicato, em substituição ao ofensivo monopólio de hoje.

Criação compartilhada de Fóruns Temáticos abertos aos interessados da categoria com o devido suporte material em suas diversas segmentações para dar conteúdo, compromisso e consistência às reivindicações e às campanhas; dar legitimidade às lutas e todos serem construtores de reivindicações que pertençam a todos.

A Comunicação Horizontal e a Criação compartilhada de Fóruns realçam um método de direção sindical exclusivo da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Método de direção faz toda a diferença.

II.4 PROTAGONISMO DA CATEGORIA NA AÇÃO SINDICAL

1. Definição do papel da direção sindical de organizadora da categoria como protagonista da ação sindical. Observaram a transformação? Categoria se transforma em protagonista.

2. Foco na ação fundamentada e a devida agitação política; interação do Sindicato à comunidade educacional, por meio da categoria, com ampliação da pauta de luta para incluir demandas da população relativas à educação, como qualidade de educação. Isso é luta de todos. Conforme tantas vezes veiculado pela Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, a diretoria da entidade não é o Sinpro; O SINPRO SOMOS TODOS NÓS organizados para a ação da política sindical.

3. Diversidade temática de campanhas e de estratégias (a greve é apenas uma delas). Inserção na luta de todos os trabalhadores, articulando-se com as demais entidades sindicais. Construção de um pensamento unificador e da autoridade política da categoria. Capacitar os Profissionais de Educação a obter vitórias.

É com base em conceitos aqui veiculados e em uma série de vídeos, que a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO se apresenta à categoria e a você. Aqui tratamos do protagonismo da categoria na ação sindical.

II.5 GREVE

Campanhas e ações sindicais devem ser variadas e as estratégias também. Uma das ações sindicais de relevância é a GREVE e sobre ela vamos falar agora, presente que os conceitos anteriores de formação de direção compartilhada, construção da vanguarda, comunicação horizontal e a categoria como protagonista da ação sindical devem estar presentes no desenvolvimento do tema da greve.

A greve no setor público tem diferenças relevantes em relação à greve no setor privado. Destaquemos um ponto essencial. Enquanto no setor

privado, a greve, além da dimensão política intrínseca, tem força maior na dimensão econômica - a não produção de mercadorias e serviços, com prejuízo material para os patrões -, no setor público, a greve é primordialmente política. Isso condiciona a nossa estratégia.

1. Para organizar uma greve de campanha salarial, exige-se organização antecipada, precisa de planejamento. É imprescindível igualmente haver ganho econômico relevante e justo, a exemplo de um índice de recomposição salarial, além das demais reivindicações.

Na última greve de campanha salarial, em 2023, não houve reivindicação de índice de reposição salarial. Inadmissível, dados o arrocho e a campanha ser salarial!! A greve foi para incorporar gratificação, cujo efeito pecuniário foi de apenas míseros pontos percentuais de reajuste. Inaceitável.

Tal política da diretoria do Sinpro leva ao empobrecimento da categoria. É de se ver do mesmo modo que o índice de 19,8 %, defendido pela diretoria do Sinpro na Campanha de 2024 e repetido em 2025, está errado. Ele vai se tornar apenas irrisórios 7%. Há um vídeo da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, no Instagram @mupconstrucao, com a devida demonstração, que em essência mostra que nos critérios do cálculo dos 19,8%, foram retirados os primeiros 6% de reajuste da Lei do Ibaneis. Assim, os 12% restantes precisam também ser retirados, o que resultará nos irrisórios 7%, quando a necessidade de reajuste já passa dos 40%. A diretoria do Sinpro faz a política de agrado do Ibaneis (e isso é peleguismo).

2. Acresce-se ainda à organização da greve o envolvimento da categoria, eleição de comando de greve e de equipe de negociação que não seja somente a diretoria. Isso dá mais força ao processo negocial e a inserção da categoria dentro dele, além de impedir a formação de pelegos sindicais (por isso que a atual diretoria do Sinpro não aplica, pois colocaria a nu as conversas escondidas).
3. Criação de um contexto externo receptivo à greve. Requerendo-se da greve força política, um dos focos deve ser o prévio desgaste político do governador, em campanha meticulosa, planejada e continuada. Meta: o isolamento político dele.
4. Inserção em nossa pauta das demandas da comunidade escolar sobre educação. Trazer a Comunidade Escolar para a nossa luta faz nossa campanha ter outra força. A participação da categoria na interação com a Comunidade Escolar, além da atuação da própria

diretoria da entidade é fundamental, uma vez que ela é a protagonista da ação sindical.

5. E, muito relevante, é a conquista prévia da opinião pública para a nossa causa, mediante inserção planejada e continuada na mídia (além da inclusão de reivindicações da população sobre educação na nossa pauta de campanha).

A greve deve ser precedida de atos políticos com envolvimento da comunidade escolar para que as críticas e resistências à greve sejam politicamente tratadas.

A greve precisa de planejamento, organização, legitimidade e trabalho, tanto internamente à categoria, quanto externamente.

Uma conjuntura propícia para a greve pode ser influenciada pela atuação sindical.

Nada disso foi ou é feito pela atual diretoria do Sinpro. Ela não tem competência para organizar e comandar uma greve vitoriosa.

Construção de um pensamento unificador e da autoridade política da categoria. Isso é a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO DO SINPRO. Capacitar os Profissionais de Educação a obter vitórias.

II.6 CONCEPÇÃO SINDICAL- SINDICATO POLÍTICO E APARTIDÁRIO

A nossa concepção sindical está na linha de sindicato de luta, democrático e apartidário. Uma exposição bastante esperada pela relevância para a nossa categoria e, a rigor, para todos os sindicatos. Um marco decisivo na constituição da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO e um dos conceitos fundamentais no lançamento da chapa às eleições.

A unicidade sindical e os partidos políticos

A unicidade sindical teve sua origem no Decreto Lei de 1939 pela ditadura de Getúlio Vargas e agora está na Constituição Federal/88, em seu artigo 8º, inciso II. É a mais forte limitação constitucional à liberdade de organização sindical, cuja essência é: por categoria, somente pode haver um sindicato no espaço territorial de um município. Isso é unicidade. Vamos repetir: por categoria, somente pode haver um sindicato no espaço territorial de um município. Isso é unicidade.

Não houvesse a unicidade, os partidos políticos, ou quaisquer outros pensamentos políticos, poderiam criar sindicatos vinculados a eles, que, mesmo não sendo vínculo orgânico, seria ideológico e programático.

Então, com a unicidade, todas as ideologias políticas sobre o Estado, sobre a organização dos trabalhadores, concepção sindical, formas de ação etc., inclusive as ideologias partidárias, convivem, obrigatoriamente, no mesmo espaço político do sindicato. Por essa primeira razão - a unicidade - o nosso sindicato não pode ser partidarizado. Ele tem que ser de todos.

Vejamos mais. As Centrais sindicais não estão subordinadas à unicidade sindical, porque não fazem parte da estrutura sindical original de sindicato, federação e confederação, razão pela qual, cada Central está subordinada às correntes políticas que a criaram, alinhando-se, em suas ações, às respectivas ideologias e programas.

(Abrimos aqui uns parênteses nesse tema: Contraditoriamente as Centrais Sindicais defendem a unicidade apenas para o sindicato/federação/confederação, mas não defendem a unicidade para as próprias centrais, porque implicaria ter uma só Central! Seria ótimo para os trabalhadores, porque seria um conceito sindical, mas péssimo para os partidos políticos, que se apoderam da organização sindical para os próprios propósitos. Na essência, apesar do nome, centrais sindicais não são sindicais, são partidarizadas para dominar os sindicatos.)

Unidade e Democracia

A unidade política tem sido considerada de grande valor pela categoria, ou mesmo por todos os trabalhadores. E, em geral, fala-se em unidade tanto para a ação política, quanto para a organização estrutural. Considera-se que, sem unidade, dificilmente se obterá vitórias, mas defender a unidade implica a imperativa e inegociável importância da democracia na entidade, em especial, nas Assembleias, a começar pelo uso do microfone para todos com propostas sindicais e pelo uso dos recursos do sindicato.

Democracia que a gente não vê no Sinpro. Sem democracia, vira ditadura, como temos visto no nosso sindicato, a exemplo da ditadura do microfone, cerceando a liberdade de falar, com ofensa a todos os profissionais de educação. Não há democracia também porque não há legitimidade nas votações das Assembleias do Sinpro, como demonstraremos em outro tópico desta Carta Programa.

Ditadura no uso dos recursos para defender somente as propostas da diretoria. Se um professor tem uma proposta diferente tem que pagar a divulgação com dinheiro do próprio minguado salário. É assimétrico e covarde. Há, pois, um aparelhamento do Sinpro pela atual diretoria, isto é, uma partidarização. Partidarização é a antiunidade sindical. Partidarização é a anti-democracia. Por essa segunda razão – unidade e democracia -, o

nosso sindicato não pode ser partidarizado. Queremos unidade sim, unidade com democracia. Vale insistir.

Um pouco mais sobre aparelhamento sindical

Falemos do alinhamento eleitoral no País, liberdade de alinhamento vedada aos sindicatos. Quando uma diretoria do sindicato se alinha nas eleições do País, ela aparelha o sindicato para a conveniência própria, particular, das pessoas da direção e de seus partidos políticos à revelia da Lei, à revelia da diversidade ideológica da categoria e às custas dela.

Aparelhamento sindical historicamente leva as categorias a derrotas e ao esquecimento delas. Não há, na história, um aparelhamento sindical que tenha sido favorável a qualquer categoria. Em todas, os trabalhadores perderam.

As direções nacionais dos partidos ditam o fazer ou o não-fazer do sindicato, segundo a conveniência deles, quer como oposição, quer como governo. **Esse processo tem levado ao novo peleguismo nos sindicatos brasileiros, isto é, subordinação da entidade a interesses externos à categoria.** Por essa terceira razão, o nosso sindicato não pode ser partidarizado. Ele tem que ser plural.

NÃO À PARTIDARIZAÇÃO DO SINPRO.

Por isso que é princípio programático para a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO nessa caminhada:

Resgate do Sinpro para os profissionais da Educação.

Venha com a gente nessa empreitada. Junte-se à Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Reconstruamos o Sinpro, juntos.

O sindicato é um ente político, ...

O Sindicato faz política, respira política, transpira política, inspira a política e não há hipótese de sindicato apolítico. A experiência dos trabalhadores mundo afora demonstra que todas as relações entre pessoas, entre a categoria e a sociedade e os governos distrital e federal são eminentemente relações políticas, porém uma distinção há que ser feita: o fato de serem sempre relações políticas, não quer dizer que sejam relações subordinadas a partidos políticos. Não, não são, nem devem ser. A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO quer um Sinpro de luta com muitos fazeres políticos, mas apartidário.

Nos sindicatos do Setor Público, o fazer sindical é dependente exclusivamente da força política da categoria, posto que a Constituição Federal/88

reservou apenas o direito à existência do sindicato para os trabalhadores do setor público, mas não dotou esses sindicatos do poder institucional de fazer, mas apenas o de reagir como substituto processual em caso de ilegalidade de que a categoria seja vítima.

A força política do sindicato do setor público é decorrente principalmente de:

1. Mobilização da categoria – atos públicos, passeatas, greves, ocupações;
2. Inserção na mídia;
3. Articulação com outras entidades, especialmente sindicais;
4. Articulação com o seguimento social relacionado com a categoria, no nosso caso, comunidade escolar;
5. Reconhecimento que a sociedade faz da categoria.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO trabalhará todas essas interações. Para cada uma e uma combinação entre elas de modo planejado e continuado. Para cada uma, uma meta e um plano de ação.

... mas não pode ser partidário

A experiência dos trabalhadores mostra que em lugar de um partido político ajudar um sindicato, este que acaba sendo servil ao partido político. A balança é historicamente desfavorável e não raro desastrosa para os trabalhadores. O Sinpro tem que ser da e para a categoria e não ser de uma facção política.

Se raciocinarmos pelas relações de troca, isto é, o que se ganha e o que se perde subordinando o Sindicato a um partido político, os ganhos a favor do partido político são imensamente maiores do que para a categoria e ele ainda impõe perdas. E esses ganhos para os partidos são tão maiores quanto maior for a categoria.

E essa é a razão pela qual os partidos políticos se engalfinham para ganhar as eleições em um sindicato e impossibilita a união dos diferentes coletivos de profissionais. Cada um quer mandar e tirar proveito para o seu próprio partido e esquece de lutar pela categoria de trabalhadores. O discurso a favor dos trabalhadores é retórico.

A subordinação leva à perda da independência e da democracia sindicais. Quem acaba fazendo as políticas do Sindicato é a direção do partido político dominante em questões essenciais. As ações sindicais são ditadas por essa conveniência, como: fazer greve, ou não; o percentual da reivindica-

ção salarial a ser defendido; os efeitos de o partido ser situação ou oposição ao governo e esquecimento da categoria, além de tantas outras perdas.

A subordinação do sindicato a um partido político está criando o novo peleguismo no sindicalismo brasileiro com cooptações políticas em detrimento da categoria. Isso é gravíssimo. Isso tudo é, pois, um imenso paradoxo. Quem dá existência e conteúdo político, bem como força ao sindicato é a categoria. Quem sustenta financeiramente o sindicato é a categoria. É do seu bolso de filiado. Os partidos políticos querem é se apropriar das vantagens de tudo isso. E isso não é legal. Será que estão acontecendo ilegalidades?

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO propõe que o Sinpro tenha uma relação de equidistância com os partidos políticos. Sem subordinação a qualquer deles, pois temos competência para convencer em negociações transparentes, apoiados na força política da categoria e para atuar nas votações de leis com mais liberdade e receptividade pelos partidos políticos por não ser vinculado a um único partido. Desse modo poder buscar a valorização da categoria, de suma importância para uma educação pública de qualidade.

Está mais do que passada a hora de elegermos dirigentes sindicais que ponham o Sinpro exclusivamente a serviço da categoria. **Eleição da Chapa 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.**

NÃO À PARTIDARIZAÇÃO DO SINPRO.

Isso é princípio programático para a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO nessa caminhada. Venha com a gente nessa empreitada. Junte-se à Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Reconstruamos o Sinpro juntos. Um Sinpro político sim, mas apartidário. Juntos vamos resgatar o Sinpro para os profissionais da Educação.

Mais sobre Sindicato Político e Apartidário

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO assume o firme compromisso de impedir que o Sinpro continue a serviço de qualquer partido político, porque, primeiro, os integrantes da categoria ignoram, pertencem ou se simpatizam com diferentes partidos políticos e, na submissão a qualquer partido, os interesses da categoria são negligenciados ou mesmo conflitantes - a diretoria partidária quer uma atuação e a categoria outra. Historicamente os trabalhadores são sempre prejudicados por esse aparelhamento sindical.

Resgatar o Sinpro para os profissionais de Educação é um dos motivos da existência deste coletivo, reunindo dessa forma múltiplas motivações.

Não é direito de diretoria sindical, na verdade é mesmo um acinte, alinhar o sindicato com qualquer partido político, porque o poder político do sindicato pertence à categoria e não à diretoria. Partidarização é usurpação política. Não é direito de diretoria de sindicato usar os recursos materiais do sindicato a favor de um partido político, qualquer que seja ele. Os recursos financeiros e outros recursos materiais, como gráfica, papéis, carro de som, veículos e demais pertencem aos filiados que os pagaram e somente a serviço da categoria tais recursos podem ser utilizados. Partidarização é usurpação material.

Supor de maneira diversa é submissão ao pensamento elitista. É aceitar o absurdo de que uma elite sindical – os dirigentes – sabe o que será bom para a categoria. Ora, quem sabe é a categoria em votação democrática em Assembleia ou em plebiscito.

Outro pensamento elitista é a contribuição mensal ao sindicato paga pelo filiado vir a ser uma doação para o bem-dispor pela diretoria da entidade. É negar que a entidade seja de todos e todas para tornar-se uma entidade para a diretoria. Isso é aparelhamento sindical. O resto é discurso vago e enganador.

Abaixo o pensamento elitista, ditatorial e usurpador que sustenta a partidarização sindical.

E no Sinpro?

O Sinpro deve ser apartidário.

Realça-se também que a maioria da nossa categoria não está vinculada a qualquer partido político. Passa a ser uma usurpação pela diretoria do sindicato o uso do poder político do sindicato para o partido dela. É falta de ética da diretoria. Não partidarizar o sindicato é uma questão de RESPEITO à categoria. Exija respeito, condene uma partidarização sindical.

Nas eleições, as chapas desonestas escondem que vão partidarizar o sindicato. Depois que uma toma posse, comete estelionato eleitoral. Venha para a melhor solução. Alinhe-se com a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO para ajustar o Sinpro a serviço, exclusivamente, da categoria dos profissionais da educação: professoras/es, orientadoras/es, e especialistas.

Temos um pacto e compromisso com a categoria pela não partidarização do Sinpro.

O posicionamento dos trabalhadores sobre a relação sindicato e partido político é da maior importância e decisivo para toda categoria profissional e, conseqüentemente, para a escolha da melhor diretoria para o sindicato nas eleições. Nossa proposta é construir democraticamente um sindicato de luta e democrático que pertença a toda a categoria, com independência partidária, tomada de decisões coletivas, que escute e defenda as nossas demandas, pois só assim teremos de volta a confiança que a categoria depositou um dia em nossa entidade de classe.

O Sinpro deverá ser um ente político, de luta, coletivo, independente, democrático, plural, sem submissão a qualquer partido político, com gestão transparente e vitorioso.

Junte-se a nós.

Acompanhe nossos episódios no Instagram @MUPreconstrucao

Junte-se a nós no grupo do WhatsApp (61) 9 9866-7870, no site www.mupreconstrucao.org Venha para um debate sobre sindicato e informe-se sobre todos os nossos documentos. Temos uma chapa pronta para governar o Sinpro: Chapa 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

SINDICATO APARTIDÁRIO CONTRA O NOVO PELEGUISMO

Se uma estratégia falhou, é preciso trocar de estratégia. Novos rumos: Unir a Comunidade Escolar e, soberanamente, atuar com todos os partidos políticos. Reconstruir a confiança e a esperança da categoria nela mesma

Um tema inovador e disruptivo nas eleições 2025 do Sinpro, trazido pela Chapa 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, é sobre a relação do sindicato com os partidos políticos. Historicamente, vários partidos políticos dominaram os sindicatos, tornando as eleições naquelas entidades, na maioria das vezes, uma disputa de qual partido político (ou ala) vai tomar conta de qual sindicato. Afinal, o sindicato é poder e dinheiro.

As pessoas ligadas a partido acham normal e, muitas mesmo, necessária, mas agora surge uma divergência. A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO está propondo diferente e se dispõe a travar um intenso debate ideológico para quebrar paradigmas que, como sempre, se faz na maximização dos argumentos. É preciso derrubar ideias nefastas e cristalizadas ao longo do tempo.

A primeira crítica da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO CONFRONTA diretamente uma posição política que, no passado, foi divisora de águas no movimento sindical: o peleguismo. No passado, lá

pelo final da década de 1970, o peleguismo, tão nefasto para os trabalhadores, era identificado como a política do dirigente sindical a favor de um interesse externo à categoria, frequentemente os patrões, em detrimento desta. Os pelegos, em regra, tiravam proveito pessoal desse entreguismo do sindicato. Para viabilizar, o pelego tinha agenda oculta, pacto de silêncio da mesa de negociações e votação em pacote nas Assembleias (a trilogia do pelego). Dessa forma, embutia-se algo que os trabalhadores queriam junto com o que os patrões almejavam e, para não perderem o propósito, os trabalhadores aprovavam o pacote.

A subordinação do sindicato a partido político cria um novo pelego, especialmente quando o partido chega ao poder de governança. Os conflitos de interesses entre governantes e trabalhadores são constantes e intrínsecos às relações sociais. O governante não convive bem com as mobilizações sindicais, porque são desestabilizadoras e porque levam a conflitos entre o Presidente da República e os governadores. Em regra, o sindicalista pelego curva-se ao partido político em detrimento da categoria. A moeda muda: muitos sindicalistas são candidatos a cargos de deputado e até de senador, ou ocupam cargos no partido ou no governo posteriormente. É a cooptação política do sindicalista para obtenção de comportamento desejado pelo partido político. Como todo pelego, ele olha para o interesse próprio.

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO constata que essa subordinação foi uma estratégia desastrosa para os interesses dos trabalhadores, pois não trouxe vitórias, a exemplo do Sinpro, que permitiu que o salário das/os professoras/es e orientadoras/es chegasse a um nível tão baixo. Há vários fatores influenciando esse resultado, mas se a estratégia deu errado é preciso mudá-la nas eleições.

As argumentações vão se multiplicando. Há um sentido de desrespeito e falta de ética para com o trabalhador dada a subordinação do sindicato a partido político, porque os trabalhadores podem se aproximar de diferentes partidos, ou mesmo de nenhum. Deve-se aplicar o conceito de sindicato plural (convivência da diversidade na democracia).

A subordinação a partido político descaracteriza até as Assembleias, transformando-as em palco de campanha eleitoral permanente. Os deputados amigos da diretoria do Sinpro não têm limite de tempo, enquanto as/os professoras/es têm apenas 3 minutos, quando conseguem falar. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO somente conseguiu falar uma única vez e foi interrompida, mesmo estando presente em todas as Assembleias e levando propostas para serem debatidas e votadas, sendo sempre boicotada.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO define os seguintes atributos a Sindicato: um ente político de luta, coletivo, independente, democrático, plural, sem submissão a qualquer partido político, com gestão transparente e vitorioso. E mais, é um ente político, faz política, respira política, mas precisa ser apartidário. A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO quer resgatar o Sinpro para os profissionais de educação. A esperança está em nossa própria organização coletiva: o sindicato e o protagonismo da categoria.

Siga-nos pelo Instagram @mupreconstrucao. Convidamos a todas e todos para estarem juntos com a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO e pensarmos unidos em ações sindicais. Convide-nos para passar em sua escola e conversaremos sobre luta sindical. Venha conosco. Nossa luta é para valer! Entramos nessa para vencer!

SINDICATO APOLÍTICO (?) X SINDICATO PARTIDARIZADO X SINDICATO SUPRAPARTIDÁRIO X SINDICATO APARTIDÁRIO

Após a exibição de nossos vídeos episódios no Instagram que trataram de sindicato apartidário, integrantes da categoria perguntaram-nos o porquê de não sermos um sindicato suprapartidário, outros nos perguntaram quais as diferenças entre tantos tipos de sindicato na relação com partidos políticos. Encorajados por essa repercussão, tratamos do assunto e incluímos nesta Carta Programa.

Começemos por **sindicato apolítico**. Essa é uma ideia em que se deseja que o sindicato não seja político, esteja fora da política e um longo discurso se desenrola. Entendemos que o principal motivo para tal pensamento seja o fato de que as pessoas percebem e se indignam com a tomada do sindicato por qualquer partido político. Entretanto, pela própria natureza, o sindicato é sempre um ente **político**. A criação de sindicato já é em si um ato político e, com ele, queremos alterar a realidade em seu raio de atuação. São tentativas de exercício de poder, são fazeres políticos. Todos esses quererem são escolhas políticas, portanto - por irreal - não cabe dizer sindicato apolítico. Nunca.

Agora vamos ao segundo tipo da relação sindicato e partido político: **partidarização do sindicato**. Partidarização é o uso do aparelho sindical para uma conveniência própria da diretoria do sindicato e de seus específicos partidos políticos associados.

Partidarização é a antiunidade sindical e a antidemocracia.

Partidarização é a perda da independência política do sindicato.

Partidarização leva a um abandono da causa dos representados e não raro há conflitos de interesse, como por exemplo, se o partido é oposição ou governante, isso influenciará na atuação do sindicato, atendendo à conveniência do partido em detrimento da categoria em questões fundamentais.

A partidarização do sindicato está criando um novo e abominável peleguismo nos sindicatos brasileiros. O peleguismo é prejudicar a categoria para benefício pessoal ou de algum poder. Os partidos cooptam sindicalistas com cargos políticos e candidaturas eleitorais e querem vencer as eleições sindicais para ter o comando da entidade e usá-lo a seu favor. Há espaço para a atuação dos partidos políticos nos sindicatos, a exemplo de ampla liberdade nas Assembleias. Os partidos políticos já deram históricas contribuições aos trabalhadores. Contudo, essas contribuições não podem ter como contrapartida a apropriação indébita do sindicato. Partido político e sindicato são organizações de classes distintas.

Os recursos materiais do sindicato não pertencem à diretoria, mas aos filiados. O uso dos recursos do sindicato para interesse de partidos políticos é ilegal e pode ser levado à Justiça. As Assembleias do Sinpro estão sob intenso questionamento. A maior parte do tempo é consumida com discurso de deputados amigos da diretoria do Sinpro, caracterizando uma prática de típico aparelhamento sindical e pouco tempo para os assuntos da categoria. Coletivos têm tido propostas, como a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO propôs a urna eletrônica nas eleições do Sinpro e reajuste de 36%. No entanto, essas propostas não foram votadas, em ato ditatorial e monopolista da diretoria do Sinpro, demonstrando completo desrespeito à própria Assembleia. As Assembleias do Sinpro se tornaram atos de verdadeira campanha ELEITORAL permanente. As Assembleias do Sinpro perderam legitimidade, como iremos demonstrar em capítulo à frente.

É preciso resgatar o Sinpro para a nossa categoria.

Vamos, agora, ao terceiro tipo da relação sindicato e partido político: o **Suprapartidário**.

Os dirigentes partidários gostam de defender a imprópria formulação de que o sindicato deve ser suprapartidário para garantir a eles a possibilidade de dominar e sugar o sindicato para os interesses deles em detrimento da categoria. Lembre-se, a categoria é a razão de ser do sindicato. O conceito de **Suprapartidário** tem sido simpático pela ideia de unidade de que se reveste e do objeto tratado, fator da unificação, mas não é adequadamente aplicável a sindicato. O suprapartidarismo ocorre mediante cinco condições:

1. O objeto é delimitado, específico, de interesse social, político ou econômico comum. Não é o interesse de poder de um partido político.

2. O prazo é vinculado ao objeto. Ele se encerra com o objetivo atingido ou abandonado.

3. Não é subordinado a uma estrutura permanente, embora pelas estruturas participantes seja sustentado.

4. A composição da luta suprapartidária é múltipla em partidos políticos, em outras organizações sociais e políticas da sociedade civil e até de personalidades com influência social e política no universo em que a luta suprapartidária se insere.

5. A competência deliberativa é estabelecida entre as organizações componentes dessa luta. Essas organizações, incluindo os partidos políticos, são as donas do poder, quer dizer, poder de deliberações. Essa organização se aproxima das concepções elitistas de poder, reuniões de cúpulas. A participação popular é para referendar e sustentar as propostas unificadas pelo comitê dirigente da luta suprapartidária (a razão principal do comitê é assegurar a unidade do movimento).

Um bom exemplo foi o comitê suprapartidário pela anistia política em 1978 e, outro, o da campanha das diretas, em 1984. Defender nascentes de água, por exemplo, pode ser objeto de luta suprapartidária, une vários partidos e outras organizações para essa causa. Em comparação, a pauta sindical é variada e extensa (1). As lutas sindicais são contínuas e de prazo indeterminado (2). A luta sindical é vinculada à estrutura do sindicato (3 e 4). A deliberação em sindicato – intransferível a terceiros – é da diretoria e da Assembleia da categoria, conforme o estatuto (5). A categoria é a dona do poder e tem poder de deliberação (5). Não atende, assim, as condições em que se organiza uma luta suprapartidária.

De outro lado, o sindicato pode participar de lutas externas a ele, organizadas de modo suprapartidário, compondo com os partidos políticos e outras entidades para um determinado objetivo e, claro, se o interesse da categoria estiver contemplado. Desse modo, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, se merecer o seu voto para o comando do Sinpro, poderá levar o sindicato a participar de lutas suprapartidárias, observadas as condições de elas existirem, conforme demonstrado acima e o interesse da categoria.

Por fim, o quarto tipo de relação sindicato e partido político: **sindicato apartidário**.

Aqui sintetizamos esse tema:

I - Por força da unicidade sindical, todas as ideologias, inclusive as partidárias, convivem, obrigatoriamente, no mesmo espaço político de um sindicato.

II - A unidade implica a imperativa e inegociável democracia na entidade, em especial, nas Assembleias, a começar pelo uso do microfone para todos com propostas sindicais e equidade no uso dos recursos do sindicato para todas as propostas.

III - Na categoria, há filiação a diversos partidos políticos, ou mesmo sem qualquer filiação.

IV - A subordinação do sindicato a um partido político leva à perda da independência, à perda da democracia sindicais e à perda de salário. Quem acaba fazendo as políticas do Sindicato é a direção nacional e distrital do partido político dominante nas questões essenciais. As ações sindicais passam a ser ditadas por essa conveniência, nem sempre coincidente com o interesse da categoria. Sindicato e partido político não se confundem. A governança de um não é a governança do outro. O sindicato existe para a categoria e não para o partido político.

V - Não é direito da diretoria do Sinpro alinhar o sindicato com qualquer partido político, porque o poder político do sindicato pertence à categoria e não à diretoria.

VI - Não é direito da diretoria de sindicato usar, direta ou indiretamente, os recursos materiais de sindicato, como o dinheiro, a favor de um partido político.

VII - Sindicato apartidário constrói a unidade ao agregar a categoria com seus múltiplos pensamentos partidários e ao não se vincular a qualquer partido. Com o Sindicato apartidário, o foco é lutar pela classe trabalhadora e pertencer a ela. A condição de ser classista.

VIII - Historicamente os trabalhadores são sempre prejudicados por aparelhamento sindical. Os filiados não entregaram a entidade para nenhum partido político. O aparelhamento sindical interessa ao partido político em detrimento dos interesses da categoria.

IX - Na Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO há filiados e simpatizantes de diversos partidos políticos. Temos um pacto e compromisso com a categoria pela não partidarização do Sinpro.

A lógica do exercício do poder do sindicato é a da categoria e não a lógica de qualquer partido político!

Isso é sindicato político e apartidário.

Para a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, o Sinpro deverá ser um ente político, de luta, coletivo, independente, democrático, plural, sem submissão a qualquer partido político, com gestão transparente, ética e vitoriosa.

NÃO À PARTIDARIZAÇÃO DO SINPRO. DEFENDAMOS SINDICATO APARTIDÁRIO.

Por isso que é princípio programático para a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO DO SINPRO nessa caminhada: Resgate do Sinpro para os profissionais da Educação. Venha com a gente nessa empreitada. Junte-se à Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO no Instagram @mupreconstrucao, WhatsApp (61) 9 9866-7870 e no site www.mupreconstrucao.org

Reconstruamos o Sinpro juntos e para todas e todos nós.

II.7 MODELO DE ASSEMBLEIA DEMOCRÁTICA DA CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

Com paralelo à assembleia ditatorial do Sinpro

Este documento se propõe a contribuir para a construção de uma base conceitual sobre Assembleia democrática e a agregar pessoas que se indignam contra ditaduras sindicais, na perspectiva de uma nova diretoria para a entidade apta a capacitar a categoria e obter vitórias. Assembleia Democrática é um conceito fundamental para a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO e uma garantia para a categoria.

1ª Parte: Pauta da Assembleia

Uma assembleia DEMOCRÁTICA deve se iniciar com a aprovação da pauta pela plenária da Assembleia. A diretoria da entidade pode e deve apresentar uma proposta de pauta. Em seguida, abre-se a participantes que queiram fazer proposta sobre a pauta, quer antagônica, votando-se uma contra a outra, quer com emendas aditivas, supressivas, de ordenação ou modificativas, significando:

Aditiva: propõe acréscimo de ponto na pauta.

Supressiva: propõe a retirada de ponto da pauta.

De ordenação: propõe a mudar a ordem dos pontos da pauta para discussão e votação.

Modificativa: altera algum ponto da pauta.

Encaminhamento: uma intervenção a favor e outra contrária, para cada emenda, com prazo delimitado. Vota-se, concluindo a pauta.

É imperativo ouvir a voz de cada participante para haver democracia com legitimidade.

A Assembleia da ditadura da diretoria do Sinpro nem mesmo diz a pauta, só o tema geral e vai falando. Você só descobre a pauta depois que ela ocorreu! Não há o contraditório, nem emendas. Ditadura é assim.

Essa ditadura foi em todas as Assembleias e atos públicos. Na Assembleia de 27/03/2025, por exemplo, não foi debatida nem votada a pauta. A diretoria do Sinpro abriu e falou pelo tempo que quis, sobre a proposta dela, tempo que não é dado a outros participantes, quando excepcionalmente conseguem esgueirar-se para falar, selecionado pela diretoria do Sinpro, em uma lista que ela mesma faz antes da abertura das inscrições. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO tinha proposta a ser apresentada. Foi impedida.

Na Assembleia do dia 12/04/2025, uma diretora do Sinpro disse a uma dirigente da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO: “Na minha Assembleia você não fala” (uma ditadura derivada do medo). A diretoria do Sinpro impõe a pauta e seleciona as pessoas a falar. Ditadura.

2ª. Parte: Desenvolvimento

Na Assembleia democrática da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, cada ponto de pauta deve ser debatido, abrindo fala para uma ou duas intervenções contrárias e igual número para a defesa da proposta. Igual procedimento para as emendas e então vota-se.

Na Assembleia ditatorial da diretoria do Sinpro nada disso acontece, até porque assuntos não contemplados pela diretoria do Sinpro não é dada a oportunidade de vir a entrar por escolha da Assembleia. Eventualmente ela seleciona um item externo a ela para ser levado à votação.

A diretoria do Sinpro somente conhece a linguagem da força. É preciso pôr um exército de militantes. Só com a força para ser barrada, quando democracia é, dentre outros aspectos, pacto de convivência de maiorias e minorias. Democracia que, na prática, a diretoria do Sinpro não conhece. O conceito de sindicato plural, defendido pela Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, substituirá a ditadura do partido único da diretoria do Sinpro.

3ª. Parte: Da legitimidade

Conceito tão fundamental que vamos abordar em duas áreas: a Assembleia e a gestão da diretoria do Sinpro nos aspectos de transparência e prestação de contas.

“Legitimidade é o reconhecimento de algo como justo, válido e aceitável”. “Legitimidade não se confunde com legalidade”. Legitimidade é o ponto alto de uma Assembleia democrática, como a Assembleia proposta pela Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Se não houve legitimidade, não houve democracia.

A legitimidade é tão fundamental que se o processo decisório não for legítimo, ninguém tem que cumprir a deliberação da Assembleia, pois ela terá sido ditatorial! Essa é a questão-chave da condução democrática da Assembleia. As votações conduzidas pela atual diretoria do Sinpro têm sido ilegítimas.

A democracia na Assembleia não se resume à aprovação pela maioria, como equivocadamente diz a diretoria do Sinpro há 22 anos. Exige-se votação legítima.

Democracia na Assembleia requer obrigatoriamente a legitimidade da votação. Para que a votação seja legítima, há que existir a oportunidade a todos os participantes de interferirem no processo, na formação da pauta da Assembleia, no direito ao contraditório, no direito a emendar a proposta, nas regras do funcionamento dela previamente pactuadas, incluindo oportunidade de falas contrárias e a favor. Como se vê, falta tudo.

Ademais, democracia é processo. É pacto. As regras precisam ser previamente estabelecidas. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO democrática e legitimamente criará o Regimento Interno com o regramento aplicável à Assembleia, acabando com o casuísmo da atual diretoria do Sinpro que vai fixando regras a torto e a direito conforme a conveniência, sem qualquer prévia que imprescinde da aprovação pela Assembleia. O que se fala hoje não se aplica amanhã. Improvisa-se uma resposta para a hora do questionamento e depois se esquece.

Um conceito democrático não aplicado pela diretoria do Sinpro é o de que uma proposta apresentada à Assembleia não tem dono, ela pertence à Assembleia. Portanto, pode-se emendar a proposta, com o proponente gostando ou não. Isso é o que diz a democracia e a legitimidade do processo. A hipótese de que proposta apresentada à Assembleia tem dono não pertence à democracia, pertence ao totalitarismo, típico da diretoria do Sinpro. Junte-se as ideias e conclui-se que as Assembleias conduzidas pela diretoria

do Sinpro não são democráticas porque o processo dela não é legítimo. Com a condução ilegítima das votações nas Assembleias, a diretoria do Sinpro está matando o Sinpro.

A questão da democracia e do processo legitimado não é só porque a gente opta por convicção pela democracia, é pela sobrevivência do Sinpro. Matar a democracia da entidade é ir matando a entidade. A participação nas Assembleias diminui, a descrença na diretoria que vai sendo transferida para a descrença na entidade. Isso é visível. Na passagem da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO pelas escolas ecoou essa descrença. Então defender a democracia e a legitimação do processo de votação é de um lado convicção sobre entidade sindical e, ao mesmo tempo, uma necessidade de sobrevivência do Sinpro.

Além da Assembleia

A falta de legitimidade da diretoria do Sinpro vai além da Assembleia. A transparência das decisões e a prestação de contas são fundamentais para sustentar a legitimidade de uma diretoria sindical. A transparência desempenha papel fundamental na percepção de legitimidade da diretoria sindical. Sem transparência, a diretoria fica desacreditada, como é o caso da diretoria do Sinpro. Houve quebra de confiança em larga escala.

A transparência é crucial para a construção da legitimidade.

Na proposta democrática da Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, pessoas da Assembleia devem ser eleitas para acompanhar a negociação.

Há uma total falta de transparência pela diretoria do Sinpro, como exemplo, as negociações fechadas com o GDF. Uma caixa hermética que ninguém sabe o que se passa e depois a diretoria vem com prato feito para cima da Assembleia. Não se permite questionamentos e o contraditório e vai votando na marra depois de dez intervenções dela mesma a favor da proposta, manobrando contra as opiniões contrárias. A categoria na Assembleia vira massa de manobra.

A perda da legitimidade da diretoria do Sinpro é tanto mais evidente quando se percebe que ela deixa de cumprir com suas funções e responsabilidades ante os interesses da categoria. Se olharmos também a prestação de contas como fator para legitimar uma diretoria sindical, a diretoria do Sinpro está muito mal. É muitíssimo tímida a prestação de contas feita pela diretoria do Sinpro. Não se tem clareza dos gastos da diretoria da CUT e CNTE, em relação às parcelas que o Sinpro a elas transfere. Fazem o quê

com o dinheiro? Aguentariam uma auditoria profissional? A uma obrigação corresponde a um ou mais direitos e vice-versa. Assim, se a diretoria do Sinpro tem a obrigação de transferir dinheiro para a CUT e CNTE, quais os direitos que ela tem sobre o dinheiro? No mínimo, transparência se não houver conluio.

O dinheiro do sindicato pertence aos filiados e não à diretoria da entidade, isto é, um recurso público não estatal! Por isso, exige-se honestidade e legitimidade. A legitimidade é dada pela divulgação ampla das prestações de conta e pela aceitação pelo coletivo dos resultados demonstrados. Conceitos básicos não observados adequadamente pela diretoria do Sinpro. É hora de pôr fim a essa gestão após 22 anos no poder, com tudo negligente e ilegítimo.

MANOBRAS DA DIRETORIA DO SINPRO – FALTA DE ÉTICA

As manobras são incontáveis, desse modo, listamos algumas mais gritantes:

- a)** Somente dia 05/05/25 uma primeira conversa, com a Comissão Eleitoral de má vontade, até porque indicada pela própria diretoria, para tratar da divulgação do material aos filiados. De outro lado, a diretoria, em nome de campanha salarial, faz todos os contatos em época eleitoral, com recursos do sindicato, mantendo-se presente na cabeça do filiado, com qualquer assunto, oportunidade que a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO não tem.
- b)** As urnas eleitorais, no pernoite do dia 28 para o dia 29, ficarão ao alcance da diretoria do Sinpro. Qualquer coisa pode ser pensada, inclusive considerando tantas denúncias ouvidas em nossas passagens pelas escolas. Toda chave pode ter cópia.
- c)** A Comissão Eleitoral tem prazos estabelecidos para dificultar o acesso pela Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO aos filiados. Homologação somente em 10/05/25, com eleição nos dias 28 e 29/05.
- d)** Em nome da falsa campanha salarial, a diretoria dispõe de carro para percorrer todas as escolas. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO terá que gastar dinheiro de seu próprio bolso.
- e)** A falsa campanha salarial tem Assembleia mensal. A última ocorrerá no dia 27/05, véspera das eleições, bem como o monopólio do microfone para a própria diretoria.

- f) O presidente da CUT-DF é membro da Comissão Eleitoral. Ele foi indicado pela diretoria do Sinpro para os dois cargos. Para continuar na CUT, ele precisa da vitória da diretoria do Sinpro nas eleições! A diretoria repassa milhões anualmente para a CUT, conforme mostrado na proposta orçamentária para 2025, dinheiro que ele administra como presidente daquela central! É imoral, pelo conflito de interesse, conceito básico da ética, que a diretoria do Sinpro não mostra conhecer.

É acintoso. Abusividade para todo lado. É TOTAL FALTA DE ÉTICA.

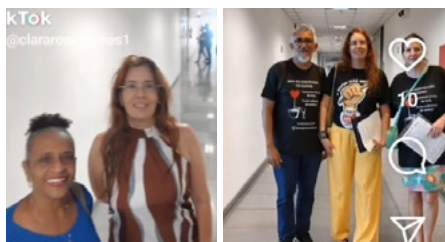
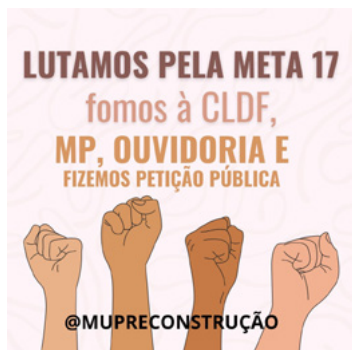
REALIZAÇÕES MUP RECONSTRUÇÃO



Mup Reconstrução marca presença por onde passa.



Discussão de Diretrizes Orçamentárias na CLDF.



Fomos à CLDF várias vezes, levando nossas demandas de valorização de profissionais de educação e de convocação de todos os aprovados.

TERCEIRA PARTE

BANDEIRAS DE LUTA DA CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

1. META 17- ISONOMIA COM OUTRAS CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR

A valorização da categoria é reivindicação importantíssima. Lembramos de que, para os PROFESSORAS/ES, é urgente fazer cumprir a Meta 17 constante da Lei, que significa isonomia salarial com outras categorias de nível superior. Aqui em Brasília, no GDF, são 35 carreiras de nível superior, sendo a carreira do magistério a de pior salário. Isso é um absurdo. Lembrando de que o maior interesse de um sindicato deve ser lutar pela classe trabalhadora, por isso é tão importante a valorização da categoria das/os professoras/es e a qualidade da educação. Um elemento importante de ser lembrado é que a classe trabalhadora é a maioria e, unida com a comunidade escolar, estaremos em posição de melhor negociação.

Nós, as/os profissionais de Educação – professoras/es, orientadoras/es, e especialistas em educação -, e a população do DF, reivindicamos:

O pleno cumprimento, em 2025, do disposto na Meta 17: Valorizar os profissionais da educação da rede pública de educação básica ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do Distrito Federal com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste Plano. (PDE, 2015, P.43). A meta 17 está contida no Plano Distrital de Educação-PDE, Lei nº 5.499/2015, em consonância com o preconizado no Plano Nacional de Educação- PNE, Lei nº 13.005/2014.

Propiciar educação pública de qualidade que forme jovens para a vida, prepare profissionais comprometidos e estudantes para ingresso em faculdade pública, bem como aumente o número de salas de aula nas cidades do DF , com adequadas condições de ensino.

Há o interesse do País na valorização dos profissionais de educação e na educação pública de qualidade. A geração de riqueza, medida pelo PIB, passa em larga medida pelo trabalho de profissionais que foram crianças e jovens da educação pública básica. O desenvolvimento social e econômico do País está relacionado, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica.

Os profissionais com condições dignas de trabalho e que se sentem valorizados contribuem para uma aprendizagem mais significativa dos estudantes, resultando em maior qualidade da educação. É, também, necessária essa valorização para aumentar o número de universitários em cursos de formação de PROFESSORAS/ES, como medida de lidar com o apagão docente. A educação pública de qualidade e a valorização dos profissionais da educação completam-se para uma emancipação social, política e econômica.

Nos cálculos do próprio GDF, contidos no processo 00080-00287833/2023-81, Doc SEI/GDF 1392270035, para o professor da educação básica alcançar a meta 17, precisa aumento de 95,76% para início de carreira e 56% de aumento salarial para o final da etapa profissional.

Demonstrado está que a meta citada deveria ter sido cumprida até 2019, e já estamos em 2025, ano do fim do PDE (2015-2025). Não aceitamos que a Meta 17 não seja cumprida. Não queremos ver repetição de promessa esquecida e sempre adiada em outros falaciosos planos. O não cumprimento da Meta 17 representa a elaboração de leis de enganação, de planos no papel, de invalidação da governança pública. Por outro lado, o cumprimento da Meta 17 demonstrará seriedade de ação governamental e compromisso com a população do DF.

2. VALORIZAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DA SEEDF

A formação continuada é um dos principais pilares de valorização profissional na carreira magistério da Educação Básica. Urge melhorar o plano de carreira, a valorização e a formação das/os profissionais da educação, amparados na realidade atual da rede pública de ensino do Distrito Federal e nas metas 14, 16 e 17 do Plano Distrital de Educação (PDE).

A Meta 14 dispõe sobre a necessidade de “elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação de 2.200 mestres e 950 doutores por ano. ”

A Meta 16 defende a necessidade de “formar, até o último ano de vigência deste Plano, a totalidade dos profissionais de educação que atuam

na educação básica pública em cursos de especialização, 33% em cursos de mestrado stricto sensu e 3% em cursos de doutorado”. A situação se encontra muito aquém do percentual de titulação prevista no documento. A distância entre a Meta 16 e o quadro atual ainda é muito expressiva.

A meta 17 significa isonomia salarial com outras carreiras de nível superior. **Nos cálculos do próprio GDF, para o professor de educação básica alcançar a meta 17 precisa aumento de 95,76% para início de carreira e 56% de aumento salarial para o final dela.**

O Plano Nacional de Educação foi prorrogado até dezembro de 2025. Isso torna atual e urgente a nossa luta.

É importante pontuar a instituição da Portaria nº 944, de 22 de setembro de 2022, que estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) para debater e propor a reestruturação da carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Elencamos as propostas do Coletivo de MESTRES E DOUTORES, com as quais a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO concorda plenamente:

- 1.** As percentagens de Gratificação por Titulação Acadêmica vigentes de 5%, 10% e 15% devem ser elevadas para uma isonomia com outras carreiras, a saber: especialização 25%; mestrado 35% e doutorado 40%
- 2.** Solicita-se que os profissionais de educação afastados/as para estudos não tenham sua pontuação para a escolha de turmas congeladas. Quer-se também aumento da pontuação referente aos títulos durante a escolha de turma e para o remanejamento interno e externo.
- 3.** Políticas públicas na SEEDF que direcionem os mestres e doutores para onde seus conhecimentos possam ser aplicados na melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens da educação básica do Distrito Federal.
- 4.** Diminuição do tempo para progressão vertical na carreira. Precisa de melhorar o plano de carreira. É urgente.

Contamos com o apoio de todos para que coletivamente possamos alcançar todos esses objetivos e juntos valorizar a educação básica e todos os profissionais de educação.

3. 19,8 %: UMA GRANDE FALÁCIA

Não houve votação de 36% levada para a Assembleia de março, de abril e nem de maio/24. Isso foi antidemocrático e um completo desrespeito. Profissionais de educação, não se deixem levar pela propaganda. Já se sabe que uma mentira falada mil vezes parecerá uma verdade. É o que se tem aqui com tanta propaganda dos 19,8% martelados, martelados e martelados sem parar.

Propaganda paga com dinheiro de todos nós filiados.

As perdas inflacionárias consideram todo o período sem os devidos reajustes desde 2015. É ridículo que considere somente o governo do Ibaneis porque a inflação é um evento nacional.

O cálculo de 19,8% está equivocado, visto que:

- 1.** O período de inflação dele é de 2019 a 2023.
- 2.** Por consequência, dos 19,8 % o Ibaneis vai retirar os 12 % a pagar porque ele não pagará 2 vezes a mesma inflação.
- 3.** Assim, os 19,8 % estão na prática a reivindicar 7%. Esse é o índice de empobrecimento da categoria.
- 4.** É um erro nos 19,8 % não reivindicar a inflação de 2015 a 2018, sobre a qual nada foi pago até agora.

Defendemos 36%, pois é o cálculo até dez/2023:

O período de recuperação salarial é de 2015 a 2023, já há necessidade de incorporar até 2024. Dessa inflação, retiramos os 18% determinados por lei e os 4% pagos no período do governo Agnelo, além do efeito da incorporação, disto resulta os 36%. Assim os 19,8% é índice que o Ibaneis quer ouvir, porque na prática são apenas 7%.

Logo, os 19,8 % são a vergonhosa abdicação para sempre da inflação de 2015 a 2018. Os 19,8 % são o empobrecimento da categoria.

Vamos pressionar o Ibaneis pelo índice justo de 36%, denunciando o arrocho salarial histórico contra nossa categoria. Vamos defender a dignidade dos profissionais da educação. 36% é o reajuste mínimo apenas para suprir as enormes perdas salariais dos últimos 10 anos, mas o correto é que se cumpra a lei no que tange a meta 17 do PDE: isonomia salarial com outras categorias de nível superior do GDF. Isso significa mais de 95 % de aumento no início de carreira e de 56% de aumento para o final de carreira.

4. URNA ELETRÔNICA

No passado, a votação era em papel. Hoje é em urna eletrônica. A diretoria do Sinpro mantém o sindicato no passado em um país que é referência mundial no uso dessa tecnologia auditável, segura e inclusiva.

O perfil arcaico da diretoria do Sinpro se manifesta em todas as atitudes políticas, como a antidemocracia nas Assembleias por não permitir a liberdade de expressão. Precisamos defender a democracia, a transpa-

rência e a honestidade, por isso a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO levou para a Assembleia do dia 20/03 aprovar a urna eletrônica nas eleições de 2025. A diretoria arcaica e ditatorial deu golpe e não levou a proposta a votação.

Quando solicitada a urna eletrônica, um diretor do Sinpro falou que a Comissão Eleitoral decidiria, porém, o detalhe é que a Comissão Eleitoral é formada 45 dias antes da eleição e o tempo mínimo para requerer as urnas, exigido pela justiça eleitoral é de 60 dias. Por tanto, o equívoco do diretor é planejado para nunca haver uso da urna eletrônica. Como se vê, é golpe.

O processo eleitoral do Sinpro tem sido de dois dias. Urna em papel é de alto risco no pernoite.

A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO solicitou e conseguiu urna eletrônica pelo TRE/DF. Ademais, a Assembleia é soberana para determinar o uso de urna eletrônica, todavia, o Sinpro cerceou o direito de fala à Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO nas Assembleias. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO é proibida de fala e quem sai perdendo é toda a categoria que perde informação e debate. Votação eletrônica é importante para promover maior segurança nas eleições da diretoria do Sinpro.

O que você prefere? Urna eletrônica ou voto em papel?

Você está disposto a fazer pernoite no Sinpro, do dia 28 para o dia 29/05, para proteger as urnas com voto em papel?

5. NOSSAS LUTAS

PARA TODAS E TODOS: 1. Cumprimento da meta 17 do PNE/PDE, assine a petição pública 2. Recomposição salarial de 36%, por perda inflacionária, período 2015 a 2023. Não houve qualquer discussão e nem votação do índice de reajuste. A diretoria do Sinpro falta com a verdade e não é democrática. 3. Pagamento do retroativo com urgência (O professor está endividado e com fome). Não ao empobrecimento da categoria. Atenção a todas as reivindicações relativas à previdência (aposentadoria), com ações em uma campanha ampla. Não ao ponto eletrônico nas escolas e nas Regionais. Opção de decidir em qual banco quer receber o salário. A licença-prêmio deve ser paga em pecúnia de forma integral e não-parcelada.

ENDIVIDADOS: Resolver o endividamento com o BRB e o INAS.

MESTRE E DOUTORES: Melhorar Plano de Carreira com isonomia a outras categorias nas gratificações. Valorização de mestres e doutores e que tenhamos mais pós-graduados em nossa carreira.

TEMPORÁRIOS: 1. Efetivação dos PROFESSORAS/ES em contratos temporários aprovados (cadastro reserva e excedentes) em concurso público. Plenos direitos políticos, jurídicos e financeiros para esses PROFESSORAS/ES. Observância das cotas e transparência nas contratações dos temporários. 2. Cobrança do Recolhimento da Contribuição Previdenciária ao INSS.

APOSENTADOS: Tirar a complementação da previdência social cobrada dos aposentados. Quer isenção de imposto de renda para todos os profissionais da educação, incluindo os aposentados.

ORIENTADORAS EDUCACIONAIS:

1. Gratificação de ensino especial para os orientadores;
2. Gratificação de coordenador para os coordenadores intermediários de orientação ;
3. Coordenação Pedagógica Individual (CPI) para os coordenadores intermediários ;
4. Aposentadoria especial imediata para os orientadores que completaram os 25 anos de serviço de orientação ;
5. Revisão da modulação para OE (menos alunos por orientador, prezando a qualidade do serviço ofertado).

SINDICATO: 1. Envolver dinamicamente a comunidade escolar com a valorização da educação pública básica de qualidade. 2. Equidade no uso dos recursos do sindicato; despesas de elaboração e divulgação de propostas, quer da diretoria, quer das oposições, de interesse da categoria, devem ser pagas pelo Sinpro. Uma proposta somente será do Sinpro após aprovação pela Assembleia. 3. Democratização das Assembleias, no uso do microfone e no encaminhamento de votação das propostas. 4. Urna eletrônica nas eleições sindicais.

FIM DO PELEGUISMO: exigir do GDF o cumprimento das leis aplicáveis à educação, inclusive as orçamentárias, tão negligenciadas; Re-composição salarial de 2015 a 2024 e não apenas de 2019 a 2023.; exigir tempestivamente o cumprimento dos acordos sindicais pelo GDF. A maioria dos itens do acordo de greve não foi cumprida.

INSTITUCIONAL: 1. **Fim do ponto eletrônico.** 2. Combate ao assédio moral. 3. Exigir merenda decente e adequadas condições am-

bientais de trabalho. 4. Redução do número de alunos por sala. 5. Contra a militarização nas escolas. 6. Não ao CREF nas escolas. 7. Defender o projeto Educação com Movimento nas Escolas Classes. 8. Exigir medidas reparadoras a favor dos profissionais de Educação por conta de violências a que estão sujeitos e da insalubridade. 9. Revogação do Novo Ensino Médio. 10. Exigir o adequado Funcionamento do Diário Eletrônico. 11. Não à PEC 66. 12. Lutar para tirar o congelamento dos anuênios, licença - prêmio e demais mecanismos equivalentes que prejudicaram a vida funcional dos servidores públicos no período de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

PARA UNIEB: a) garantia de coordenação pedagógica individual; b) direito à formação continuada em horário de serviço como parte do espaço - tempo da coordenação pedagógica; c) gratificação de coordenador, hoje restrita à coordenação local e não estendida em nível de coordenação intermediária; d) atendimento ao Decreto nº 43.138, que dispõe sobre a indenização de transporte de servidores públicos do Distrito Federal no exercício de suas funções.

PARA EAPE: valorização do espaço e dos formadores, garantir a qualidade de formação continuada aos profissionais de educação.

Qualidade dos serviços prestados (ou a falta dela) pela diretoria do Sinpro

Há muitas críticas aos serviços prestados pelo Sinpro. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO atuará nesta área também, além das políticas sindicais.

O filiado paga e espera e tem direito a bons serviços prestados pelo Sinpro. Começaremos pela orientação aos profissionais e empresas contratadas, seguida de amplo levantamento e avaliação das práticas existentes, incluindo consulta à categoria para uma abordagem completa.

Combate ao Assédio Moral contra Profissionais da Educação

É urgente uma atuação firme e permanente do Sindicato no enfrentamento ao assédio moral nas escolas, especialmente aquele praticado por chefias e equipes gestoras. Nos últimos anos, tem-se verificado um aumento alarmante no número de casos, muitos deles recorrentes e já denunciados, sem que as autoridades escolares adotem medidas efetivas para proteger os profissionais envolvidos.

A ausência de apoio institucional agrava o sofrimento dos trabalhadores da educação, que frequentemente enfrentam o problema sozinhos,

acumulando desgaste emocional, adoecimento e sensação de impotência. Essa realidade é inaceitável e exige resposta imediata.

Defendemos um ambiente escolar justo, respeitoso e acolhedor, onde cada profissional possa exercer suas funções com dignidade, autonomia e segurança. Para isso, a Chapa 3 MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO se compromete em lutar pela implementação das seguintes medidas, pela SEEDF:

- Campanhas permanentes de conscientização sobre o que é o assédio moral, como identificá-lo e como agir diante dele;
- Criação e fortalecimento de canais de escuta e acolhimento, com apoio jurídico e psicológico garantidos;
- Responsabilização de gestores que pratiquem ou sejam coniventes com o assédio, com rigor na apuração e aplicação das penalidades previstas em lei;
- Promoção de uma cultura institucional de respeito, solidariedade e valorização do trabalho pedagógico.

Promoção da Gestão Democrática nas Escolas

Reafirmamos nosso compromisso com a gestão democrática como princípio essencial da escola pública. Acreditamos que a participação efetiva da comunidade escolar — professoras/es, estudantes, funcionários e famílias — nas decisões da escola é o caminho mais sólido para construir um ambiente educativo saudável, transparente e plural.

Propomos:

- Criação e fortalecimento de Conselhos Escolares com real poder deliberativo;
- Formação contínua de gestores com base em princípios democráticos, éticos e pedagógicos;
- Garantia de autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, com ampla participação da comunidade.

Promoção da Cultura de Paz nas Escolas

O avanço da violência nas escolas compromete a saúde, a segurança e o bem-estar de professoras/es, estudantes e demais profissionais da educação. Manifesta-se de forma física, verbal e psicológica, para as quais, exigem-se ações integradas, firmes e contínuas por parte do Estado.

A escola deve ser um espaço de paz, diálogo e acolhimento. Cabe ao poder público assegurar essas condições por meio de políticas efetivas e com financiamento adequado.

Propomos:

- Implementação de políticas públicas integradas de prevenção à violência, com atuação conjunta das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública;
- Formação permanente das equipes escolares em mediação de conflitos, comunicação não violenta e práticas restaurativas;
- Apoio psicológico e social às vítimas de violência na escola, com atendimento imediato e acompanhamento contínuo;
- Fortalecimento dos conselhos escolares e grêmios estudantis como espaços democráticos de escuta, diálogo e construção coletiva de soluções.

REFORMA ESTATUTÁRIA

- Visando a um sindicato acessível a toda categoria, entendemos ser necessário realizar alterações estatutárias para que haja maior participação de todos os professoras/es e orientadoras/es em todas as atividades que são previstas nas ações sindicais dentro desse regimento. Assim, abriremos um processo, durante a nossa gestão, para alterar pontos significativos do estatuto do SINPRO-DF, estabelecendo um calendário para que tais pautas sejam amplamente discutidas com a categoria, sanando todas as possíveis dúvidas e, por fim, na forma estatutária, decidirmos a implementação de tais mudanças.

ACORDO DE GREVE NÃO CUMPRIDO

A Greve da Educação realizada em 2023 foi suspensa após a concretização do Acordo de Greve composto por 17 pontos. Grande parte desse total não foi cumprido. A suspensão virou encerramento sem consulta à categoria.

A diretoria do Sinpro burocrática e acomodada afirmou que mesmo com o acordo fechado, “Professoras/es e orientadoras/es educacionais devem estar mobilizados (as) para garantir que todas as cláusulas sejam cumpridas”. Como é isso? Sumária retórica ilusionista. Dia 22/08/2024 fizeram a última mobilização para derrubar veto do governador para LDO

da educação e encerraram o calendário de luta. Uma clássica prática pelega: não incomodar o governador.

Veja os itens do Acordo de Greve de 2023 NÃO CUMPRIDOS até o momento:

1º item: Nomeação de todos os aprovados no concurso público regido pelo Edital normativo nº 31/2022 para os cargos de Professor de Educação Básica e Pedagogo – Orientador Educacional (vagas imediatas e cadastro reserva); FALTAM CHAMAR 5 MIL APROVADOS no último concurso. O NÃO CUMPRIMENTO DESTES ITENS É GRAVE.

2º item: Preparação de novo concurso público, ainda em 2023, contemplando os cargos da carreira Magistério Público do Distrito Federal; 60% de PROFESSORAS/ES são temporários. É possível chamar todos os aprovados e ainda fazer novo concurso que sobra vaga.

3º item: Estudo de viabilidade orçamentária para aplicação com alteração do artigo 12 do decreto nº 40208 de 30 de outubro de 2019 a partir de 2024, conversão de licença - prêmio em pecúnia para autossustituição.

ART 12 Mediante autorização do governador, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, os servidores podem converter até um mês de licença - prêmio em pecúnia por ano a ser paga no mês de férias, aniversário ou dezembro.

4º item: Possibilitar o afastamento do professor em contratação temporária para acompanhamento de cônjuge ou dependente em consulta com profissional de saúde e/ou exames no limite de **um** atestado de comparecimento por bimestre;

5º item: Inclusão de dois dias do professor de contrato temporário na participação na semana pedagógica, após parecer favorável juridicamente, inclusive dos órgãos de controle;

6º item: Abertura de negociação para estudo de viabilidade de remuneração de professor de contrato temporário, conforme vencimento básico da tabela corresponde a sua formação acadêmica;

7º item: Aproximação da tabela de PROFESSORAS/ES pq1, pq2 com o pq3 PROFESSORAS/ES com nível médio, normal e licenciatura curta;

8º item: Abertura de negociação para estudo de viabilidade de incremento da tabela pq 1 ensino médio curso normal 20 horas;

9º item: Aproveito de tempo de serviço de professor em contrato temporário quanto ao ingresso de cargo efetivo não é possível;

10º item: Incorporação da Gratificação de Atividade Pedagógica – Gaped e da Gratificação de Atividade de Suporte Educacional – Gase em seis parcelas de 5%, sendo a primeira na folha de pagamento referente a outubro de 2023, a segunda a janeiro de 2024 e as demais semestralmente (julho e janeiro). Todos concordam que a incorporação de gratificação é sempre muito bom, mas todos viram que essa incorporação não significou quase nada. E ainda divide em 6 vezes.

Proposta válida até 26/05/2023. Mais de dois anos e não cumpriu. Essa diretoria ficou 9 meses em silêncio e em fevereiro/24 fez um ato para temporários terem direito a participar da semana pedagógica que não deu em nada. Isso foi a consequência do silêncio e da desmobilização da diretoria do sindicato.

A maioria dos itens de greve não foi cumprida: 10 itens não cumpridos

A diretoria do Sinpro é fraca e sem luta e o GDF mostra um total descaso e desrespeito com a educação e os profissionais.

Mais de dois anos da última greve. Qual a tolerância para que acordos e leis como a meta 17 sejam cumpridos?

Precisamos mudar a diretoria sindical. Junte-se à Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO. Venha conosco construir um sindicato de luta.

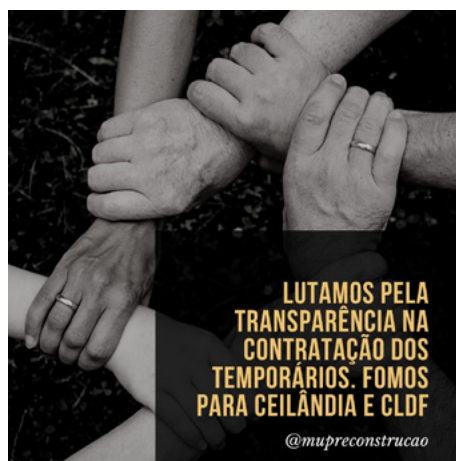
REALIZAÇÕES MUP RECONSTRUÇÃO



Fizemos várias ações assertivas e vitoriosas.



VITÓRIA. O Mup Reconstrução luta contra injustiças. Conquistamos o compromisso do GDF em recolher o INSS dos temporários.



LUTAMOS PELA
TRANSPARÊNCIA NA
CONTRATAÇÃO DOS
TEMPORÁRIOS. FOMOS
PARA CEILÂNDIA E CLDF

@mupreconstrucao



QUARTA PARTE

FUNDAMENTOS DE SER OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DO SINPRO

1. PORQUE SOMOS OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA DO SINPRO

A diretoria do Sinpro está bastante desgastada perante a categoria. Não é para menos. Ela faz uma condução do Sindicato bem ao gosto do governador, cuja política é de perdas aos profissionais da educação.

Os discursos nas Assembleias e nos boletins do Sindicato são de aparente antagonismo ao GDF. Entretanto, trata-se apenas de palavras ao vento e pouco tem a ver com as ações e omissões da diretoria do Sinpro. As ações, sim, são verdadeiramente importantes e mostram quem é essa diretoria. Os discursos são “pra inglês ver”, isto é, para manter cativa parte da categoria, pela ilusão do discurso. Vejamos as ações:

1ª - Após a assinatura do acordo em maio de 2023, a diretoria do Sinpro ficou 9, vejam só, 9 meses sem qualquer efetiva cobrança ao governador. O que só veio a ocorrer em fevereiro de 2024. A omissão da diretoria do Sinpro desagradou a categoria e agradou ao Ibaneis.

2ª - A greve de 2023 não tinha índice de reajuste salarial. Onde já se viu campanha salarial sem índice de reajuste salarial, com tanto arrocho e empobrecimento da categoria? A omissão pela diretoria do Sinpro sobre o índice de reajuste salarial em 2023 desagradou a categoria e, mais uma vez, agradou ao Ibaneis.

3ª - O índice de reajuste salarial mostrado pela diretoria do Sinpro, em 2024, de 19,8 % é uma enganação. A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO já demonstrou mais de uma vez que ele é na verdade menos de 7%. Demonstramos nesta Carta Programa, em outro tópico. Esse índice agrada ao Ibaneis (o arrocho mostrado é bem menor do que o real) e desagrada à categoria.

4ª - As Assembleias são apenas palco para os discursos dos deputados amigos da diretoria do Sinpro e por tempo ilimitado. Uma campanha eleitoral deles permanente. A categoria fica sem direito a fala. Queremos um Sinpro sem subordinação a partido político. Essa subordinação partidária criou o novo peleguismo sindical. Chega de pelegos. O Sindicato é para a categoria.

5ª - Nas Assembleias, as propostas apresentadas pela Chapa 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO não foram levadas à votação, entre elas, os 36% de reajuste salarial de que precisávamos em 2024, bem como urna eletrônica para as eleições do Sinpro – veja o vídeo da Assembleia do 20/03/24 que foi a única até agora em que a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO conseguiu falar. Veja em nosso Instagram. Em todos os eventos, a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO somente falou em um deles e por apenas 3 minutos. Como as Assembleias deveriam ser de todos e todas, A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO reivindicou o direito de fala, que lhe foi negado. **O fim da ditadura do microfone está próximo.**

Além de tudo isso, cabe ainda citar:

1. Um profundo questionamento à diretoria do Sinpro foi a Assembleia da suspensão da greve. A Assembleia gritou para a diretoria do Sinpro: pelegos! A Assembleia é o espaço de poder da categoria e tem valor político próprio, histórico e inquestionável. Se a categoria grita pelegos é hora de trocar a diretoria.

2. É necessário construir novas estratégias de campanha, especialmente salariais, que sejam vitoriosas.

3. Construir outra concepção sindical em substituição à da diretoria do Sinpro. Veja nossos 26 vídeos sobre uma concepção sindical para Sinpro, no Instagram e nesta Carta Programa.

4. Falta de democracia e equidade na condução da entidade. Chega de monopólio e ditadura.

5. A diretoria do Sinpro não é o Sinpro. O SINPRO SOMOS TODOS NÓS.

6. A alternância de poder é esperada em um espaço democrático, especialmente, se uma diretoria está desgastada e se há questionamentos à validade da existência da própria entidade.

Somos oposição à atual diretoria do Sinpro. Nossa luta é para valer. Entramos nessa para vencer.

2. OPOSIÇÃO É MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

Reconstruímos a Chapa 3 - MUP em fevereiro de 2024 e lançamo-nos como chapa para estas eleições a partir da constatação do altíssimo nível de rejeição à atual diretoria do Sinpro pelos profissionais da educação. Uma demonstração dessa rejeição é o abandono da entidade sindical e da luta por tantos militantes sindicais de vanguarda, por desilusão e indignação, e pelas críticas, aos borbotões, que se colhem nas passagens pelas escolas e regionais. Essa triste realidade precisa de mudança.

Denominamos de MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO exatamente para buscar a união dos profissionais de educação numa caminhada de RECONSTRUÇÃO DO SINPRO como nossa entidade sindical, de luta, classista, plural, democrática, independente, sem subordinação a partido político (apartidária) e com o objetivo de torná-lo novamente grande e vitorioso para a categoria. Nós nos encheremos de muito mais orgulho por pertencermos ao Sinpro. Será a hora e a vez dos filiados.

Consistimos a nossa crítica em múltiplos pontos. Primeiro, a diretoria do Sinpro mentiu e golpeou a categoria na greve de 2023. Quem esteve na Assembleia de suspensão da greve viu tudo muito nitidamente e, com total indignação, gritaram: pelegos, para a atual diretoria do Sinpro. Viram também aqueles que acompanharam a trajetória do Sinpro e da fracassada diretoria nos meses seguintes.

Segundo, a atual diretoria do Sinpro conduz as Assembleias ditatorialmente. A Assembleia é um dos momentos altos da vida sindical. Há um monopólio do microfone. A lista de quem fala é montada pela própria diretoria e não sobra espaço para quaisquer outros. A Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO somente pôde falar uma única vez, por três minutos, em uma Assembleia, apesar das tentativas em uma dezena de outras. A categoria é prejudicada porque a priva do acesso a todas as informações, propostas e discussões, estabelecendo uma correlação entre ditadura e fracasso da gestão. Em 2024 as Assembleias foram inúteis para a categoria e somente serviram para a campanha eleitoral (e não salarial) dos deputados e dos amigos da diretoria. Quem participou viu. A campanha salarial em si ficou esquecida. É hora de restabelecer a Assembleia democrática e com foco na campanha salarial. É hora de MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

Terceiro, muitos deputados distritais veem com hesitação a palavra da diretoria do Sinpro, porque qualquer vitória do sindicato é capitalizada pelos adversários deles. Há desconforto também nas conversas com o poder Executivo, dadas as diferenças partidárias. O foco da diretoria do Sinpro em questões partidárias tem levado ao abandono da categoria. Às vezes

os assuntos da categoria coincidem com os do partido político; muitas vezes, não. Com frequência, a mobilização da categoria cria instabilidades e conflitos com a lógica e as necessidades dos governantes, os quais podem pedir moderação nas campanhas. Somente é possível acabar com esse obstáculo elegendo a chapa MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, que não tem rabo preso com nenhum partido político e negociará com todos livremente a favor da categoria.

Quarto, não há adequada transparência na gestão financeira do sindicato. Também não há transparência na gestão do dinheiro do sindicato que vai para a CUT e para a CNTE, conforme consta do orçamento/2025, em vários milhões de reais (dinheiro pago pelo filiado fica sem transparência).

3. EU APOIO A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, PORQUE

A CHAPA 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO, uma oposição firme à atual diretoria do Sinpro, propõe a RECONSTRUÇÃO DO SINPRO de um sindicato e novas práticas de direção política:

- Apartidário e independente, comprometido com as reais necessidades da categoria e não irá se submeter a qualquer partido político.
- Capaz de propor reestruturação de nossa carreira com inteligência e base sólida.
- Preparado para negociar com firmeza com os governos e demais setores da sociedade.
- Que resgata a imagem do Sinpro, transmitindo seriedade e compromisso com a Educação pública de qualidade.
- Determinado a enfrentar os problemas que afetam diretamente a vida das/os professoras/es em sala de aula, como o assédio moral e a precariedade da infraestrutura nas escolas.
- Que combata o antigo e o novo peleguismo de subordinação partidária.
- Que usa o dinheiro do sindicato exclusivamente com as lutas da categoria. É honesto.
- Que garanta a democracia nas Assembleias e a legitimidade das deliberações.
- Que garanta a prestação de contas e de transparência na gestão.
- Que defenda a isonomia salarial em relação a outros profissionais de nível superior.

- A CHAPA 3 - MUP, uma oposição firme à atual diretoria do Sinpro, realizou em um ano de existência:
- Lutou para que o GDF convocasse todos os aprovados no último concurso.
- Buscou junto a todas as autoridades que dizem respeito às reivindicações da categoria: Câmara Legislativa, Congresso Nacional, INSS, Receita Federal, Ministério Público, e outros, para tratar dos assuntos da categoria.
- Foi o único coletivo de profissionais de Educação que teve iniciativas como o abaixo-assinado pela Meta 17 e palestra com advogado sobre endividados.
- Defendeu um índice justo de reajuste salarial.
- Teve vitória ao conquistar o compromisso do GDF em recolher o INSS dos temporários, conforme revelado pelo Correio Braziliense.
- Propôs o uso de urna eletrônica nas eleições do Sinpro.
- Propôs envolver a Comunidade Escolar nas lutas da categoria. Visitou escolas em 2024 e em 2025.
- Trouxe novos bons conceitos sobre entidade sindical e novas estratégias de atuação. Elaborou 26 vídeos para a categoria sobre sindicato com pensamentos e ações.
- Construiu um coletivo e formou a chapa 3 com : efetivos, aprovados, temporários, aposentados, mestres e doutores, orientadoras e orientadores educacionais, professoras/es da área de ensino especial, fora CREF, superendividados, professoras/es de atividades, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, CIL, sistema prisional, adaptados, educação do campo e gestores e de todas as áreas.
- Criou uma identidade ideológica, de antagonismo com o patrão, oposição à atual diretoria do Sinpro que desperta esperança na categoria.
- Eu APOIO a Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO porque mostra dedicação à categoria e competência.

A CHAPA 3 - MUP não tem a máquina, nem os recursos e o espaço privilegiados da atual diretoria para fazer campanha — mas tem algo muito mais valioso: o apoio de profissionais da educação. Quem conhece a sala de aula, quem já enfrentou os desafios do chão da escola, está com a Chapa 3 – MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO.

CHAPA 3: OPOSIÇÃO É MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

QUINTA PARTE

QUEM SOMOS?

CHAPA 3 MUP RECONSTRUÇÃO DO SINPRO

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1. ALESSANDRA VALÉRIA DE PAULA | 24. JOSÉ GUSTAVO DA SILVA NUNES |
| 2. ANA CRISTINA GRAÇA MOREIRA | 25. KEY CARVALHO DINIZ |
| 3. ANTONIO HENRIQUE BERSAN | 26. LUANA DA SILVA NASCIMENTO |
| 4. CARLOS GOMES | 27. LUCIANO MARIM LOPES BOGALHO |
| 5. CARMENIO CRUZ GOMES | 28. MARCELLA FERREIRA MAIA DO NASCIMENTO |
| 6. CÍNTIA FERNANDA DE ABREU SOARES | 29. MARIA GORETH DA S. DOS SANTOS NUNES |
| 7. CLARA ROSA CRUZ GOMES | 30. MARISTELA PAPA DA SILVA |
| 8. CLEUSA CANTUÁRIA SANTIAGO | 31. MONICA OLIVEIRA DOS SANTOS |
| 9. DIOGO PEREIRA DAS NEVES SOUZA LIMA | 32. RAIMUNDO CARVALHO DE FARIAS NETO |
| 10. EDER DE SOUZA SILVA | 33. REGINALDO PEREIRA GOMES |
| 11. EDGILSON MENEZES ARAÚJO | 34. SERAFIM PEDRO DE SOUZA JUNIOR |
| 12. EDIMILSON APRIGIO BRAGA | 35. SIMONE MIRANDA SOARES |
| 13. ETEL NÚCIA OLIVEIRA MONTEIRO | 36. SÔNIA SANTANA DE ARAUJO |
| 14. FLÁVIA COSTA E SILVA | 37. VALDÉRIO SOARES DA COSTA |
| 15. GEORGE LUIS DE SOUZA ESTEVES | 38. VIVIANE CERNIQUIARE MENDES |
| 16. GILBERTO ALVES ARAÚJO | 39. YASMIN RODRIGUES DA COSTA |
| 17. ILMAR DOS REIS CALÇADO | |
| 18. IOLANDA ESTER NONATO DOS SANTOS | SUPLENTES |
| 19. IVETE VALENTE LIMA SOARES | 1. ALAN ARAÚJO DA SILVA |
| 20. JEFFERSON DE SOUSA PEREIRA | 2. ANA CLÁUDIA DE JESUS ANTUNES |
| 21. JOANA PAULA DE MACEDO CORREIA | 3. ARIANA KARINA BRITO ARAÚJO |
| 22. JOÃO MATOS DA SILVA | 4. EDUARDO DAMACENA DA SILVA |
| 23. JORIANE FYLZE LESSA | 5. RITA DE CÁSSIA BARREIRO DE SOUSA LEMOS |



ALESSANDRA VALÉRIA DE PAULA

Secretaria do SINPRO-DF: Políticas Educacionais

Doutoranda em Educação pela UnB (linha: Pedagogia, Formação Docente, Currículo e Avaliação – PDCA), mestra em Educação pela UnB (Habilitação: Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais). Professora de Português/inglês na SEEDF com atuação em Centro Interescolar de Línguas (CIL) e em Sala de Recursos Generalista de CIL. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq): Currículo e Processo Formativo: inovação e interdisciplinaridade.



ANA CRISTINA GRAÇA MOREIRA

Secretaria do SINPRO-DF: Políticas Sociais

Professora Contrato temporário da SEDF desde 2011, Pedagoga, Pós-graduada em Gestão Escolar pela UnB e Pedagogia Clínica e Institucional pela Facuminas. Atualmente, leciona na Educação Especial desde 2018.



ANTONIO HENRIQUE BERSAN

Secretaria do SINPRO-DF: Aposentados

Professor aposentado, curso de formação sindical, ator, formação em artes.



CARLOS GOMES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Estudos Sócio-Econômicos

Formado em Filosofia, Sociologia e Direito e com pós-graduação em educação, é professor de filosofia/sociologia na Secretaria de Educação do DF. Trabalha com movimento de base na concepção de Paulo Freire e começou sua militância nos movimentos estudantis. Tem muitas ideias para defesa da educação pública de qualidade.



CARMENIO CRUZ GOMES

Secretaria do SINPRO-DF: Imprensa e Divulgação

Sou professor desde 2000 já teabalhei no Paranoá, Samambaia e hoje estou no CEM Setor Oeste. Tenho graduação em história e sociologia pós-graduação em educação.



CINTIA FERNANDA DE ABREU SOARES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

É professora nos anos iniciais no Paranoá e está na linha de frente da alfabetização. É uma voz atuante na denúncia das desigualdades estruturais do sistema educacional, lutando pelo direito à aprendizagem de todas as crianças.



CLARA ROSA CRUZ GOMES

Secretaria do SINPRO-DF: Políticas Sociais

Doutoranda, Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora, escritora, atriz e palestrante. Escreve livros para crianças e adultos. Organiza várias antologias, eventos e projetos em escolas. Desenvolve também trabalhos com livro, leitura e expressões artísticas, teatro e contação de histórias e diversos cursos. Para conhecer seu trabalho acesse o site: www.clararosacruzgomes.com.br



CLEUSA CANTUÁRIA SANTIAGO

Secretaria do SINPRO-DF: Assunto dos Aposentados

Graduação: -Letras (UnB), -Psicologia (UnB), -Direito (Gama Filho), -Artes Cênicas (Faculdade Dulcina de Moraes, Magistério SES (1970 -1992).



DIOGO PEREIRA DAS NEVES SOUZA LIMA

Secretaria do SINPRO-DF: Políticas Educacionais

Carioca, pai, professor de geografia e pedagogo. Há 11 anos educador da SEEDF. Formado pela Universidade Federal Fluminense e com Mestrado na Universidade Federal de Viçosa. Atualmente doutorando em Educação na Universidade de Brasília.

Trabalha com temas de educação popular, agroecologia, educação do campo e estudos da infância. Acredita em um sindicato classista e autônomo.



EDER DE SOUZA SILVA

Secretaria do SINPRO-DF: Formação Sindical

Sou professor da Secretaria de Educação desde 2010. Nesse período de tempo, atuei por oito anos no CEM 04 de Ceilândia, onde fui professor de Espanhol por quatro anos e estive na coordenação pedagógica dessa mesma escola por outros quatro. Saí dessa instituição para fazer meu mestrado em Linguística Aplicada, na área de avaliação, pela UnB. Quando retornei à sala de aula, atuei no Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia (CILC) por cinco anos, sendo quatro deles na coordenação pedagógica do grupo de espanhol. Em busca de novas experiências, decidi mudar de instituição. Neste ano de 2025, estou como professor de Língua Portuguesa na Escola Técnica de Ceilândia (ETC) na modalidade EaD. Acrescento a isso a atuação de professor temporário, pois já atuo há alguns anos nesse contexto também. Como temporário atuei no Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia (CILC), de Taguatinga (CILT) e no Centro Educacional Incra 09 de Ceilândia, onde estou atualmente.



EDIGILSON MENEZES ARAÚJO

Secretaria do SINPRO-DF: Formação Sindical

Professor de Atividades na SEE/DF. Graduado em Artes Visuais, com pós-graduação em Arte- Educação. A maior parte da minha vida profissional se deu no setor privado (publicitário, direção de arte, design gráfico, diagramador, ilustrador). Possuo também muita experiência no mundo sindical, no qual trabalhei como profissional e ativista. Por fim, possuo também graduação em Gestão Pública.



EDIMILSON BRAGA

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos Culturais

Edimilson Aprígio Braga, também conhecido como Edimilson Braga, é um profissional versátil e talentoso, atuando tanto na área educacional quanto na teatral e cinematográfica. Possui mestrado em "Processos Compositivos para Cena" teatral pela Universidade de Brasília (UNB), onde também concluiu especializações em Linguagens, códigos e suas tecnologias e Psicologia da copedagogia. Sua formação acadêmica inclui a graduação em Licenciatura em Educação Artística - Artes Cênicas pela UNB. Com uma sólida carreira na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), Edimilson desempenhou papéis como professor/arte - educador e coordenador pedagógico ao longo dos anos. Além de sua dedicação à educação, ele também se destaca no campo artístico, no Teatro com a criação de uma metodologia de composição de corpos cênicos para a construção de personagens. No cinema, colaborando com produções notáveis como "Filhos da Periferia" e "Frágil". Seu talento como captador de som direto e sua participação como Ator no filme como "Dias de Greve" e outros do Coletivo de Cinema de Ceilândia, evidenciam sua habilidade multifacetada e comprometimento com a expressão artística e educacional, além de atuar como professor e artista marcial.



ETEL NÚCIA OLIVEIRA MONTEIRO

Secretaria do SINPRO-DF: Imprensa e Divulgação

Professora dedicada à Educação desde 1994, começou no MEC em Assuntos Educacionais e temporária EJA Segunda Etapa. Seguiu carreira na Educação Básica na SEEDF desde 2001 como efetiva. Concursada para o CIL Ceilândia em Francês, atuando também no CIL Taguatinga.

Trabalhou nas Regionais de Ensino de Taguatinga e de Ceilândia com escolas do ensino Fundamental e do Médio Integrais. Foi para Sede, onde atuou como Subsecretária, na Eape e Subeb. Foi formadora na Eape de professores e de gestores das escolas e administrou curso para Gestão Educacional para os níveis Intermediários, Central e a antiga Carreira de Assistência à Educação. Na Subeb, desenvolveu atividades em conjunto com as diretorias para o planejamento e execução das Políticas Educacionais.

Formada em Letras pela UnB, inicialmente habilitada em Letras Francês e posteriormente em Português, para fins de crescimento profissional, fez Mestrado pela UnB em Literatura e Práticas Sociais em Literatura Comparada. Como desenvolvimento pessoal, cursou Formação Teológica Reformada. Atualmente, na condição de PCD, a professora Etel Monteiro está atuando com Língua Portuguesa no P Sul, no CEF 14 e no Ced 6 em Ceilândia.



FLÁVIA COSTA E SILVA

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Raça e Gênero

Sou Flávia Costa e Silva, quilombola pertencente ao Quilombo Mesquita, localizado em Cidade Ocidental (GO).

Sou professora há 26 anos, sendo 16 deles como professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), atuando nos anos iniciais do ensino fundamental. Atualmente, estou como professora itinerante da Equipe de Atendimento Especializado em Deficiência Visual, em Santa Maria (DF).

Sou pedagoga, com especializações em Psicopedagogia e Educação Especial, e mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), com pesquisas voltadas à educação escolar quilombola e à educação para as relações étnico-raciais.

Sou membra do Coletivo de Educação da CONAQ, integrante do Fórum Nacional de Educação Básica (FNEB), membra do NEAB/UnB, da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ/MEC) e pesquisadora da Rede Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras Quilombolas da CONAQ.



GEORGE LUIS DE SOUZA ESTEVES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos Financeiros

George Luis de Souza Esteves, há 5 anos na SEDF como Professor Contrato Temporário.

Formado em 2018 em bacharel/licenciatura em Educação Física e Pedagogia. Pós-graduado em Educação Especial/ Inclusiva e Orientação Educacional.



GILBERTO ALVES ARAÚJO

Secretaria do SINPRO-DF: Administração e Patrimônio

Professor de Educação Física (19/04/1999 a 28/11/2024), EC 403 Santa Maria 1999/2000. Regional de Santa Maria CID - Basquetebol: 2001/2005. Coordenação de CID e Ginástica nas Quadras: 2005/2008. Cedido a SSP/DF como coordenador do Projeto Esporte a Meia-noite: 2008 a 2021. CEF 15 - Gama: professor regente 2021, coordenador 2022, supervisor 2023 e coordenador 2024.



ILMAR DOS REIS

Secretaria do SINPRO-DF: Organização e Informática

Disciplina: Educação Física na SEDF desde 2005

Apaixonado pela arte de ensinar e aprender e por esse motivo desenvolvi inúmeros projetos na área do Desporto no Centro Integrado de Educação física (CIEF).

Acredito na educação transformadora e libertadora.



IOLANDA ESTER DOS SANTOS

Secretaria do SINPRO-DF: Políticas Sociais

Meu nome é Iolanda Ester Nonato dos Santos. Nasci no dia 30 de Janeiro de 1979, na cidade de Brasília- DF. Desde pequena sempre fui curiosa e gostei de aprender coisas novas. Ao longo da vida, enfrentei desafios que me ajudaram a crescer e a me tornar quem sou hoje. Atualmente, trabalho na escola da Vargem Bonita, e continuo buscando crescer pessoal e profissionalmente. Atuo como professora desde 2009, sendo 5 anos de contrato temporário e 10 anos como efetiva em Águas Lindas de Goiás, e percebo que sem luta, ação, reivindicação, não conseguimos melhorias. Valorizo muito minha família, meus amigos e os momentos simples da vida.



IVETE VALENTE LIMA SOARES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Saúde do Trabalhador

Graduada em Biologia

Pos-graduação: Especialista em Educação Sexual

Pós-graduação: Arte de Contar Histórias

Professora aposentada



JEFFERSON DE SOUSA PEREIRA

Secretaria do SINPRO-DF: Imprensa e Divulgação

Professor de física, mestre em ensino de física

e astronomia. Atualmente vice-diretor

CEF Dra. Zilda Arns.



JOAO MATOS DA SILVA

Secretaria do SINPRO-DF: Administração e Patrimônio

É professor de História e ativista pela valorização docente. Atua no enfrentamento ao assédio moral contra professores, tendo criado uma rede de apoio dedicada a acolher e orientar profissionais vítimas dessa prática..



JOSÉ GUSTAVO DA SILVA NUNES

Secretaria do SINPRO-DF: Organização e Informática

É um geógrafo e geólogo brasileiro, com destacada atuação nas áreas de mapeamento geológico, pedológico e geofísica rasa. Possui mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB, 2019) e graduações em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e Geologia, também pela UnB. Atualmente, é bolsista de doutorado do CNPq, desenvolvendo pesquisas em Geografia na mesma instituição, sob a orientação do professor Rogério Elias Soares Uagoda. Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada por experiências em projetos de pesquisa que envolvem técnicas diretas e indiretas de mapeamento de solos, geomorfologia e sistemas cársticos, com ênfase na aplicação de geofísica rasa (GPR) e Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Entre suas contribuições, destacam-se estudos na Área de Proteção Ambiental (APA) Nascentes do Rio Vermelho, em Goiás, onde investigou a dinâmica de paisagens cársticas e a conservação do patrimônio espeleológico.

Atua como professor de Geografia na Secretaria de Educação do Distrito Federal desde 2020, onde também exerceu a função de coordenador pedagógico. Sua produção acadêmica inclui artigos publicados em periódicos científicos e participações em congressos nacionais e internacionais, como o XII Simpósio Nacional de Geomorfologia (SINAGEO) e a Regional Conference on Geomorphology.

Com um perfil multidisciplinar, ele integra conhecimentos da Geologia e Geografia para abordar questões ambientais e educacionais, contribuindo para o avanço científico e a formação de novos profissionais. Seus trabalhos podem ser acessados em plataformas como ResearchGate e no currículo Lattes.



LUANA DA SILVA NASCIMENTO

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Sou Piauiense mas uma brasiliense de coração a 26 anos moradora do Distrito Federal. Conclui meu ensino médio no Centro Educacional 6 de Ceilândia em 2001, no ano de 2007 ingressei na faculdade de pedagogia sendo bolsista 100% PROUNI -Cotista. Minha primeira sala de aula foi em uma escola pública do Estado de Goiás em 2005. Estou a 20 anos em sala de aula. Trabalhei em várias escolas da rede particular do Distrito Federal. Hoje tenho 42 anos, casada mãe de 3 filhas lindas, sou pedagoga, psicopedagoga, catequista, educadora popular e servidora efetiva na SEEDF, atuando como coordenadora na Escola Classe 59 de Ceilândia.



LUCIANO MARIM LOPES BOGALHO

Secretaria do SINPRO-DF: Finanças

Professor de Educação Física graduado pela UFMS e atua desde 1994, passando por todas as etapas de educação na rede pública e privada de ensino. Possui 12 anos de experiência em educação especial, trabalhou em 2005 e 2006 na Rede Sarah de Hospitais como professor de educação física e atualmente pertence ao quadro de professores do CEI 11 de Taguatinga. Pós graduando em educação física escolar na UNB e mestrando em ciências da educação na FICS.



MARCELLA FERREIRA MAIA DO NASCIMENTO

Secretaria do SINPRO-DF: Finanças

Ingressou na carreira magistério público do DF em junho de 2005, tem quase 20 anos na Secretaria de Educação, é professora, coordenadora intermediária e, atualmente, coordenadora pedagógica no jardim de infância 1 do Riacho Fundo II.

Cursou magistério na Escola Normal de Taguatinga, só depois que entrou na Secretaria de Educação teve condições de cursar uma faculdade, fez Letras: Português e Literatura pela Unopar (Universidade Norte do Paraná), depois fez pós-graduação pela mesma universidade na área de alfabetização e letramento.



MARIA GORETH NUNES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Saúde do Trabalhador

Meu nome é Maria Goreth S. S. Nunes, mais conhecida como Roberta. Atuo como professora de atividades na EC Aguilhada, uma Escola do Campo localizada na zona rural de São Sebastião. Ao longo da minha trajetória na SEEDF, trabalhei em três escolas, todas em São Sebastião e estou há 17 anos na atual instituição, onde leciono em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, numa turma CCI. Apoio a Secretaria de Saúde do Servidor porque, ao longo desses 22 anos de profissão, tenho presenciado um número alarmante de colegas adoecendo. Precisamos urgentemente de políticas públicas que enfrentem esse problema, que muitas vezes tem origem nas condições insalubres de trabalho vividas no ambiente escolar.



MARISTELA PAPA DA SILVA

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos Culturais

Professora de arte da SEDF desde 1997, escritora infantil, artista plástica, pós-graduada em Teatro educação, contadora de histórias há 30 anos, coordenadora pedagógica da Associação Amigos das Histórias, formadora de educadores por 23 anos foi coordenadora e docente de cursos da EAPE /oficina pedagógica de Ceilândia e Taguatinga, criadora do curso de Xadrez para educadores na SEDF desde o ano de 2002 e do Seminário on-line Cirandeira das Artes da SEDF, atualmente é professora de teatro na Escola da natureza.



MÔNICA OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Meu nome é Mônica Oliveira dos Santos. Sou professora de atividades da Secretaria de Educação do Distrito Federal, lotada há quase 20 anos em Santa Maria. Atuo há 17 anos com alunos surdos. Sou formada em Biologia, Pedagogia e Mestre em Educação pela UnB. A nossa chapa quer fazer a diferença para a vida dos professores, pois propõe mudanças as quais precisamos para melhorar a nossa categoria. Vote chapa 3.



RAIMUNDO CARVALHO DE FARIAS NETO

Secretaria do SINPRO-DF: Assunto dos Aposentados

Estou na secretaria desde 1.994. Iniciei como contrato temporário, passei no concurso de 1.997, porém só pude ingressar como efetivo em 2.001. Nesse período sempre trabalhei em sala de aula, e em meados de 2015, fui convidado para trabalhar na Unieb do Núcleo Bandeirante, onde permaneci até início de 2023. Hoje estou lotado na CRE do Guará. Sempre vislumbrei trabalhar no SINPRO-DF, hoje componho a chapa 3, a qual eu me identifiquei diante das propostas de reestruturação.



REGINALDO PEREIRA GOMES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Raça e Sexualidade

Reginaldo Pereira Gomes, há 10 anos na SEDF como Professor , antes disso foi Contrato Temporário.

Formado na UFG em 2007 em Geografia

Participou do Projeto Passagem do meio: qualificação de alunos (as) negros (as) para pesquisa acadêmica - UFG, 2003.



SERAFIM PEDRO DE SOUZA JÚNIOR

Secretaria do SINPRO-DF: Formação Sindical

Professor Serafim, da SEE-DF desde 2003, atuando nas áreas de Ciências Humanas, principalmente Filosofia e Sociologia, nas regionais de Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo I e Taguatinga.

Acostumado a ver a precarização e o adoecimento dos(as) professores(as) desde então, sem nenhuma atitude por parte dos Governantes e da atual diretoria sindical.

Cansado de ver, ano a ano, a diminuição de nosso poder de compra com salários sem reposição e um sindicato cordeirinho com o poder.



SIMONE MIRANDA SOARES

Secretaria do SINPRO-DF: Política Educacional

Simone Miranda Soares é professora de História, Sociologia e Geografia na Seedf desde 2003. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, está atuando com políticas educacionais para a Educação do Campo.



SÔNIA SANT'ANNA DE ARAÚJO

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Raça e Sexualidade

Sou professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação-SEE, na área de Artes Visuais, lotada na Escola Parque 303/304 Norte.



VALDÉRIO COSTA

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos Culturais

Valdério Soares da Costa nasceu em Natal/RN, na região nordeste do Brasil, mas é um típico candango, radicado há mais de quarenta anos em Brasília-DF. Laureado com a Medalha Mérito Distrital da Cultura Seu Teodoro, Governo do Distrito Federal /SECULT-DF 2023.

Vencedor do Prêmio Culturas Populares, categoria Mestres, Ministério da Cultura 2017. Mestre em Artes Visuais pela Universidade de Brasília. Professor de Artes Visuais e História da Arte da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Poeta e artista plástico cadastrado pela Secretaria de Cultura do DF (com várias exposições individuais e participações em coletivas desde 1988). Já participou de exposições e ministrou oficinas de gravura na Alemanha, México, Holanda e Portugal. Suas obras estão em diversas coleções no Brasil e no exterior. Atua em escolas públicas e privadas ministrando palestras, oficinas e aulas livres práticas e teóricas sobre a xilogravura.



VIVIANE MENDES

Secretaria do SINPRO-DF: Administração e Patrimônio

Mestra em Ciências da Educação, com habilitação em Supervisão Pedagógica, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real – Portugal. Desde 2009, exerce a função de professora dos Anos Iniciais na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).



YASMIN RODRIGUES

Secretaria do SINPRO-DF: Assuntos de Saúde do Trabalhador

É professora de Matemática e ativista na valorização do profissional docente. Atua no enfrentamento às questões do racismo, sexismo e desigualdades estruturais do sistema educacional, lutando pelos direitos a inserção e valorização de todas as mulheres.

S U P L E N T E S



ALAN ARAÚJO DA SILVA

Sou um professor que defende a luta sindical, a justiça social e sempre atuei em sala de aula. Acredito na alternância de poder e na Democracia e não gosto de colegas da Educação que se aliam a setores políticos que, historicamente, sempre trabalham contra a categoria.



ANA CLAUDIA DE JESUS ANTUNES

Pedagoga, 35 anos, atuante na Secretaria de Educação do DF como professora temporária desde 2019. Formada na UnB em 2017. Feliz por atuar na área da educação.



ARIANA KARINA BRITO ARAÚJO

Professora de Língua Portuguesa e Atividades na SEEDF, com atuação em área específica (Português), Educação Infantil, Educação Especial e Educação Precoce. Graduação em Artes Visuais, especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, mestranda em Educação pela UnB.



EDUARDO DAMACENA DA SILVA

Mora e leciona em Planaltina DF há 18 anos, atuando na SEEDF, porém 24 anos trabalhando como professor. Fez magistério e é formado em Artes Visuais. Atualmente trabalha no CED Pompílio Marques de Souza na matrícula de 40 horas diurno e no Cem 01 de Planaltina na matrícula de 20 hs noturno.



rita de CÁSSIA BARREIRO

Formada em Letras com especialização em Língua Portuguesa. Professora da Secretaria de Educação do DF e escritora. Participa de antologias nacionais e internacionais. Seus poemas já foram publicados na Feira internacional do livro em Buenos Aires, Lisboa, cidade do Porto (Portugal) e na Bienal do livro em São Paulo.

C O N T A T O S



61 9.9866-7870
MUP PROFESSORES



61 9.9995-1475
MUP RECONSTRUÇÃO APOIADORES



©MUPRECONSTRUCAO



mupreconstrucao@yahoo.com



mupreconstrucao.org



É HORA DA MUDANÇA **CHAPA 3 – MUP RECONSTRUÇÃO**

O salário é a maior e a mais urgente demanda da categoria. Chegou-se a esse estado de dificuldades em consequência das políticas de precarização da educação pública básica por todos os governos do DF e pela incompetência da diretoria do Sinpro, há 22 anos no poder do Sindicato. É hora da mudança.

Fracassada a estratégia de partidarização do Sinpro, conduzida pela atual diretoria, é hora de conhecermos a estratégia e conceitos de concepção sindical contidos neste livro da **Chapa 3 - MUP RECONSTRUÇÃO** do Sinpro.

Ele é disruptivo, inovador, transformador.

Mudança se faz com novas ideias, novas práticas, novos propósitos, novos compromissos e novas pessoas no comando. Tudo isso você lerá neste livro. É conhecer para se apaixonar e aderir por meio do voto, nas próximas eleições.

Parafraseando o grande mestre Paulo Freire, ***“a educação muda as pessoas; as pessoas transformam o mundo”***. Transformemos, nós, profissionais de educação, o nosso mundo chamado Sinpro.

Boa leitura neste livro para o Sinpro - Sindicato de luta e democrático.

